

ENSAIO

A SUSPENSÃO DA DESCRENÇA

POR NUNO MIGUEL GUEDES



GONÇALO RIBEIRO TELLES
1922 – 2020

O JARDINEIRO DE DEUS
PESSOA, RURALIDADE E POLIS



ENTREVISTA

Infante Dom Dinis

“Eu tenho a sorte de ter dois irmãos em quem posso confiar, e nós iremos sempre seguir convictamente os exemplos dos nossos pais.”

As eleições presidenciais que terão lugar daqui a pouco mais de um mês constituem mais uma oportunidade para os monárquicos dissecarem o nosso sistema semipresidencialista, apontarem as suas fragilidades e contradições e recordarem publicamente outros modelos, vigentes em destinos mais bem-sucedidos que o nosso. É disso que trata o artigo do jornalista Nuno Miguel Guedes que, com orgulho, publicamos nesta edição.

O tema também interessa aos simpatizantes realistas que – imbuídos dum cândido pragmatismo – entendem que a sua participação cívica na eleição presidencial é útil numa perspectiva de “gestão do mal menor”. Quase sempre os encontramos desiludidos, a cada final de mandato, com a intervenção política do “seu” presidente. Esperam (sempre de balde) que este, legitimado pela eleição directa, faça oposição ao governo assumindo conflitos institucionais com o parlamento e que rejeite com galhardia as leis por este emanadas de que não gostam.

A questão que a todos deveria inquietar é a de saber o que se pretende com o cargo de “mais alto magistrado da nação”. Este deve ser um elemento de aglutinação e de unidade, dotado de poder equidistante de moderação para a promoção de equilíbrios, tendo em vista o longo prazo e os valores perenes da nação, ou um participante activo na contenda sectária e permanente dos interesses e das facções que inevitavelmente existem onde haja mais do que uma pessoa? Pretende-se um Chefe de Estado que se assuma reserva da nação, com contenção, equidistância e sobriedade, ou mais uma voz a somar-se à berraria que emana da disputa partidária e ideológica?

Convém lembrar aos realistas pretensamente realistas que a Coroa viável nos nossos dias — aquela que, afinal, impera nos países mais evoluídos da Europa — é uma instituição politicamente abrangente e aglutinadora: não estigmatiza convicções, credos ou clubes. O respeito pelas diferenças e a capacidade de inclusão são, por via

disso, dos argumentos mais valiosos da solução política preconizada pelos monárquicos. Nas dez monarquias constitucionais europeias - Bélgica, Dinamarca, Espanha, Liechtenstein, Luxemburgo, Holanda, Mónaco, Reino Unido e Suécia - os seus monarcas - Filipe, Margarida II, Filipe VI, Hans-Adam II, Henrique, Guilherme Alexandre, Alberto II, Isabel II e Carlos XVI Gustavo - não se envolvem no dia-a-dia da governança. Todos estes Estados são dotados de fortes tradições parlamentares e muito desenvolvidos.

Pela minha parte, e porque gosto de política, assistirei com interesse ao espectáculo das presidenciais de 2021, na certeza de que será digno da final de um campeonato de *wrestling*. Um dia, o seu vencedor irá instalar-se no Palácio de Belém com a árdua tarefa de fingir que representa todos os Portugueses. Mas,

no momento de preencher o boletim de voto, não deixarei de o anular. Será essa a expressão do meu repúdio pela mascarada que nos foi imposta à força.

- Uma nota sobre a dolorosa partida no passado dia 11 de Novembro de Gonçalo Ribeiro Telles, associado n.º 1358 da Real Associação de Lisboa (ler pags.17 a 20). Bom seria que se entendesse de uma vez por todas que as suas profundas convicções ecológicas, expressas no seu cepticismo pelos excessos da “engenharia” do homem no meio natural, são as mesmas que conduzem e fundamentam as suas convicções monárquicas: Portugal, como nação composta por comunidades naturais autónomas encimadas pela Instituição Real legitimada por 800 anos de história, a consolidar e agregar os portugueses, penhor da liberdade de todos, “o suporte interessado na boa organização e gestão da *rés-publica*” nas suas palavras.

João Távora,

Director e presidente da Direcção da Real Associação de Lisboa



O CORREIO REAL É O BOLETIM MONÁRQUICO DA CAUSA REAL PRODUZIDO PELA REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA

Praça Luís de Camões, 46, 2.º Dto.
1200-243 Lisboa

Atendimento de segunda a sexta-feira,
das 11 às 14 horas

Telef: [+351] 21 342 8115/21 342 9702

Email: secretariado@reallisboa.pt

Todos os números do boletim em pdf em:
www.reallisboa.pt

Real Associação de Lisboa



CORREIO REAL

Direcção e coordenação: João Távora
Redacção: Leonor Martins de Carvalho,
João Távora, João Vacas, Carlota
Cambournac (revisão final)

Design e edição: Madalena Pestana

Produção: Sinapse Media

Impressão: Nova Gráfica do Cartaxo

2250 exemplares

ISENTA de Inscrição na ERC ao abrigo do
Decreto Regulamentar 8/99 de 9 de Junho,
artigo 12.º, n.º1, alínea a)

Fotografias do Infante D. Diniz gentilmente cedidas por Homem Cardoso, fotógrafo oficial da Casa Real Portuguesa.



Teresa Côrte-Real
Presidente da Causa Real

EDITORIAL



CAUSA REAL
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

É difícil perceber alguns dos que se dizem monárquicos. Vivem num tempo que não existe. Um monárquico tem que ser por definição alguém que projecta o futuro, ou seja, que vê para além do presente. E que não fica preso no passado.

Imaginem Afonso de Albuquerque agarrado às antigas glórias e percebem o que eu digo: tudo o que foi e ainda é a influência e a herança portuguesa no Oriente não teria acontecido e o mundo seria bem diferente. Para além do serviço do Rei estava o interesse do país e o legado que lhe deixaria. E isso era o mais importante, o que de facto contava. E o que contou. Estão a vê-lo perder muito tempo a lembrar os trezentos e não sei quantos anos de uma data histórica? Com toda a certeza que não. Aproveitá-la-ia antes sim para, pensando sobre ela, decidir sobre o próximo passo a dar, ou sobre a nova estratégia a definir para alcançar o que o país (e o Rei como seu representante) lhe pedia. Só assim a podia respeitar. O passado como referência de uma identidade que ele ajudou a construir no futuro que veio depois dele.

A acção de cada um de nós conta, a capacidade de intervenção nas diferentes áreas e em defesa do bem comum presente e futuro é decisiva.

Como nós agora. Vamos ter um antes e um depois do tempo em que vivemos. E o nosso primeiro dever é com Portugal. A acção de cada um de nós conta, a capacidade de intervenção nas diferentes áreas e em defesa do bem comum presente e futuro, é decisiva.

Portugal celebra este ano 380 anos de reconquista da independência. Terão havido então também muitos que não terão acreditado, outros que terão conspirado no sentido oposto, o destrutivo. Mas a vontade de iniciar um novo ciclo foi maior e, com liderança, a mudança aconteceu. E é isso, repito, o que se pede a quem acredita num sistema monárquico de chefia de Estado. O dar a cara, de uma forma construtiva e sempre com uma visão continuada e transgeracional por Portugal. Dando o melhor de nós mesmos. Favorecendo a colaboração organizada dos monárquicos com o Estado português, naquilo que releve do bem comum e não colida com os seus princípios fundamentais. E isto sim, é ser monárquico.

22

ÍNDICE

4

OPINIÃO E DEBATE

- Chafariz D'El-Rei • **JOÃO VACAS**
- Dom Duarte e os Portugueses da Ásia
- **MIGUEL CASTELO-BRANCO**

7

ENSAIO

- A Suspensão da Descrença
- **NUNO MIGUEL GUEDES**

10

DOSSIER

- O Papel do Rei dos Países Baixos • **CAREL (CARLOS) HERINGA**

14

CONVIDADO ESPECIAL

- José Aníbal Marinho Gomes

16

ACTUALIDADE

- Lenço comemorativo das Bodas de Prata dos Duques de Bragança

17

OBITUÁRIO

- Gonçalo Ribeiro Telles - 1922-2020

21

ENTREVISTA

- Infante D. Dinis - Duque do Porto • **JOÃO TÁVORA**

26

NOTICIÁRIO

- Duquesa de Bragança e Príncipe da Beira, convidados de honra na cerimónia de reabertura do Convento de Jesus em Setúbal
- Notícias da Real Associação de Lisboa
- 30º Aniversário da Real de Braga
- Notícias da Real Associação do Porto
- Notícias das Reais Associações

30

NOTÍCIAS DA FUNDAÇÃO D. MANUEL II



© CML | DMC | DPC | JOSÉ VICENTE 2016

CHAFARIZ D'EL-REI

JOÃO VACAS

Um dos mais antigos chafarizes de Lisboa, senão o mais antigo, está hoje seco. É-lhe atribuída uma origem anterior à nacionalidade e uma existência que se confunde com esta. A história e a vida que se estruturaram em seu redor ainda são perceptíveis graças às muitas representações que o retratam ao longo dos séculos. Uma delas foi mesmo objecto de polémica há relativamente pouco tempo. Uma placa ali colocada testemunha que foi “EDIFICADO NO SECULO XIII FOI REFORMADO PELO REI D. DINIS RECONSTRUIDO NO ANO DE 1747 REPARADO DEPOIS DE 1755 E MELHORADO NOS MEADOS DO SECULO XIX.”

Apesar das melhorias e de as todas alterações sofridas, o chafariz D'El-Rei já não dessedenta ninguém. Nada corre das suas bicas. Onde se esperava fluidez e frescura encontra-se, afinal, secura e aridez. Em vez de fonte de vida, é um cenário. Passado sem presente nem futuro. Uma peça de museu com uma única função: recordar o que foi e o que ainda poderia ser. Porque a água continua a correr no seu interior.

Mais do que uma memória de um outro tempo, o chafariz D'El-Rei encerra toda a potencialidade da sua regeneração. Havendo vontade para isso, a estrutura bloqueada pode conhecer a revivificação e reencontrar o caminho de serviço que lhe dá sentido.

A fonte seca, privada da água que lhe conferia um destino e da coroa sobre as armas portuguesas que sublinhava a sua identidade, é visitada por muitos que ali param e que tentam decifrar a sua função. Não é fácil compreendê-la sem que ninguém dali beba.

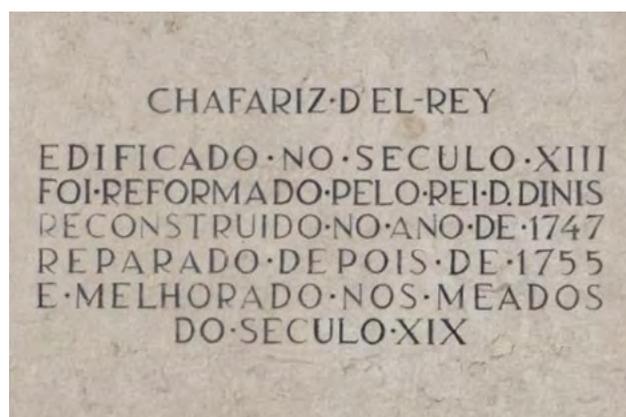
O seu nome mantém-se porque o escopro da destruição demora mais a erodir as palavras que as pedras. Por muito que o sequem e que o destruam, o chafariz é do Rei. Cento e dez anos passados da imposição da república, aquela ainda é a sua fonte.

O chafariz D'El-Rei espelha o nosso estado colectivo. Como diria Salgueiro Maia, o Estado a que chegámos. Em vez de comunidade viva, alimentada pela ligação constante e natural com uma chefia do

Estado que o corporiza, somos uma memória mal cuidada entregue a zeladores de turno e às respectivas personalidades e inclinações.

Os verbos “ser” e “estar” não são sinónimos neste caso: o Rei é e um Presidente da República está. E nunca está o tempo suficiente para ser, nem é o bastante para efectivamente estar. As sucessivas passagens presidenciais e a sobrepartidarização da figura que, sendo política, deveria permanecer acima dos políticos, priva-nos da continuidade que facilitaria todas as mudanças. Entorpece e seca os relacionamentos, ajuda a cavar antagonismos e amplifica as incompreensões mútuas.

Mais do que *fons honorum*, a monarquia é *fons vitae*. Sem um chafariz que a todos congregue, restam-nos poços particulares mais ou menos exclusivos, mais ou menos excludentes. A atomização social que hoje experimentamos, agravada pela pandemia, recomenda a revisitação da história e dos espaços comuns, a recuperação da política no que ela tem de mais nobre e a revitalização da ligação entre gerações. Uma chefia do Estado suficientemente estável para o permitir e suficientemente enraizada para não precisar de se justificar saciaria a nossa sede de legitimidade e de futuro.



DOM DUARTE E OS PORTUGUESES DA ÁSIA

MIGUEL CASTELO-BRANCO

Há precisamente quatro anos, a convite da Nova Portugalidade, SAR proferiu na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa uma importante conferência sobre A Dimensão Espiritual da Portugalidade. Conhecedor profundo dessa imensa Ásia polvilhada por marcas materiais da passagem dos portugueses, interessam-lhe, sobretudo, essas comunidades orgulhosas da sua identidade que da Índia à China, da Malásia e Tailândia a Timor, se reclamam herdeiras e continuadoras de uma cultura que desde o século XVI se edificou com os materiais portugueses e o substrato local de cada região.

A Ásia é rica em Portugalidades que, por esta ou aquela vicissitude da História, já não se expressam em português. No Bangladeche, vivem 400.000 luso-católicos. No Myanmar/Birmânia, estes luso-católicos são 450.000 e descendem de gloriosa tradição de portugueses, missionários ou de locais feitos portugueses pela persuasão do evangelizador, assim como de comerciantes e soldados ao serviço da nobre nação birmanesa. Não se expressam em português, mas a sua portugalidade profunda, frequentemente convicta e orgulhosa, é-nos revelada pelos seus nomes ainda indiscutivelmente portugueses.

Os exemplos desta verdade grandiosa estão por toda a Ásia. Malaca, por nós perdida em 1641, preserva ainda um bairro português - o Kampung Portugis - e um crioulo português, o Papiá Kristang. Na Índia, no Ceilão, no Bangladeche, na Birmânia, na China, na Tailândia ou em Timor, é-se português com uma intensidade que não pode deixar de chocar os portugueses europeus. Em 2017, espectáculo comovente: por ocasião da visita do Duque de Bragança, ruas cheias nos bairros católicos de Banguecoque, capital tailandesa, para receber o herdeiro dos Reis de Portugal. Mar de faces distintamente mestiças - verdadeiras sínteses humanas entre a Europa e a Ásia - carregava bandeiras portuguesas e thai, assim como cartazes com os nomes de família. Ali poucos se expressariam no nosso idioma, mas todos eram "de Horta", "Rodrigues", "Saldanha" e "da Cruz". Todos eram portugueses e aquele homem europeu vindo do outro canto do mundo era o descendente dos Reis que haviam assumido o oneroso privilégio de garantir o Padroado Português.

Quase abandonadas por Portugal à sua sorte, as comunidades luso-asiáticas contam consigo e mais ninguém para a defesa da sua cultura. Criaram, com delegados de todas as partes do continente, um *Congress of Asian Portuguese Communities*, organização



presidida por Xanana Gusmão. Se em Portugal abundam aqueles que duvidam da portugalidade destas comunidades, as próprias respondem com vibrantes manifestações de portuguesismo: embora sofrendo o desinteresse de Lisboa e a inconsciência da maioria dos cidadãos do moderno Estado português, luso-malaios, macaenses, timorenses, bangla-portugueses, luso-tailandeses, luso-cambojanos, luso-indonésios, luso-cingaleses e indo-portugueses são, sentem-se e afirmam-se portugueses. Tanto o

são, tanto o sentem e tanto o afirmam que a si mesmos se chamam Portuguese.

SAR será, talvez, o português que mais os visita, incentiva, procura ajudar, dialoga com as autoridades

locais e sugere, aconselha e ouve. Verdadeiro embaixador de uma ideia grande de Portugal, não só é objecto de grande adesão emocional dos portugueses da Ásia, como recebe dos governos dos estados expressivas demonstrações de estima e respeito como as tributadas a chefes de Estado. Portugal, infelizmente tão alheado do mundo, reduzido física e mentalmente às fronteiras do século XV, não sabe o quão deve à teimosa insistência do Duque de Bragança em manter aberta a rota do Oriente, num tempo de viragem histórica em que o centro do mundo se desloca inapelavelmente do Atlântico para o Índico e para o Pacífico. Quando um dia se fizer a história da presença e luta pela sobrevivência do nome de Portugal nestas décadas iniciais do século XXI, um nome será lembrado com respeito e saudade: o de SAR, o Senhor Dom Duarte, Príncipe da Portugalidade.

Portugal, infelizmente tão alheado do mundo, reduzido física e mentalmente às fronteiras do século XV, não sabe o quão deve à teimosa insistência do Duque de Bragança em manter aberta a rota do Oriente.



A Fundação Gaudium Magnum - Maria e João Cortez de Lobão constituiu-se em 30 de Novembro de 2018 com a missão de enaltecer Portugal, dando prioridade a quatro pilares: a Cultura, a Educação, a Beneficência e a Investigação.

A Fundação propõe-se ir onde outros não vão:

- Dando visibilidade a Portugal, promovendo a cultura, a cooperação para o desenvolvimento e a cidadania;
- Apoiando a excelência na educação com um enfoque moderno e dinâmico;
- Acorrendo aos que mais necessitam nas realidades que lhes são próximas;
- Encorajando investigação científica com impacto na vida quotidiana das pessoas.

PORTUGAL
FAZ BEM

ca@gaudiummagnum.org
+351 218 075 070
Rua de São Bernardo, 31 R/C
1200-823 Lisboa

FUNDAÇÃO
 gaudium
magnum
MARIA E JOÃO CORTEZ DE LOBÃO

A SUSPENSÃO DA DESCRENÇA

Nuno Miguel Guedes

Existe uma espécie de contrato tácito que é pedido aos leitores de ficção literária ou espectadores de artes performativas como o cinema ou o teatro, por exemplo: é a suspensão da descrença. Ou seja: pelo tempo que durarem aqueles espectáculos ou aquelas páginas nós acreditamos que os personagens são reais, que vivem e acreditam o que exibem naquele momento. Mesmo o mais cínico dos cínicos não terá coragem de interromper uma peça para dizer que nada do que está em palco é verdade e que os actores não são quem ali estão a dizer que são. É um acordo benéfico para as duas partes e que resulta quanto melhor essa descrença for conseguida por quem escreve ou interpreta.

O Rei é livre, já se gritou em Almacave. Que se continue a viver num regime que promove a ilusão de liberdade é algo que é nossa responsabilidade combater e denunciar.

Se o leitor começa a estranhar o introito inesperado, avanço já com a analogia: a eleição de um presidente da república portuguesa – para ficarmos pelo que nos é próximo e nos interessa – vive também da suspensão da descrença. Expliquemos: o artigo 122 da nossa Constituição declara que como condição de elegibilidade o candidato deva ser cidadão português e com idade igual ou superior a 35 anos, desde que não possua impedimentos legais para isso. O que está impli-

cito neste artigo é a possibilidade de qualquer cidadão português que reúna as condições descritas poder chegar ao cargo de chefe de Estado. Primeira suspensão da descrença: a possibilidade está lá e é bom que exista e que se a possa garantir; mas a probabilidade de facto de um qualquer cidadão anónimo chegar ao cargo de chefe de Estado é reduzidíssima, mesmo que para isso tenha conseguido reunir as 7.500 assinaturas de eleitores que a lei prevê como número mínimo. A eleição presidencial pede sempre uma máquina eleitoral cara; são de facto os partidos políticos que, ao apoiarem determinado cidadão, oferecem as condições necessárias para a sua candidatura, por mais apoios privados ou fortuna pessoal que o candidato possua. O que naturalmente torna o candidato ao cargo mais elevado do país refém de ideologias e eleitorados de quem o apoiou. O que nos leva à segunda falácia, utilizada indistintamente por todos os presidentes eleitos em democracia após terem vencido as eleições: “Sou e serei o presidente de todos os portugueses”. Embora para efeitos legais e práticos isso passe a ser verdade

O sistema semipresidencial reforça a fragilidade que é ter um chefe de Estado refém de ideologias e outros interesses partidários ou não. Mais uma vez, a ideia do mero árbitro ou moderador é uma suspensão da descrença.

durante o mandato, o presidente é dos portugueses que o elegeram. Os outros – os que votaram noutro candidato ou se abstiveram – ou não se revêm no chefe de Estado ou pouco lhes importa.

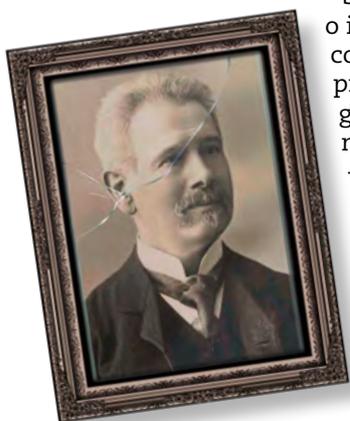
Quem quiser acreditar que o cargo de chefe de Estado no sistema presidencial é acessível a qualquer um e que depois de eleito passa a ser uma figura transversal e amada e respeitada por todos está em plena suspensão da descrença. Se quisermos uma das grandes vantagens das monarquias podemos começar por aqui mesmo: o Rei é uma figura perene, preparada e conhecida por todos para assumir o seu papel. Assim como é conhecido quem o sucede. Mais importante ainda – e naturalmente refiro-me sempre às monarquias constitucionais – o Rei é independente, suprapartidário e supra-ideológico, limitado apenas pela lei fundamental do seu país aprovada que define o seu papel e poder na vida pública e política.

O primeiro presidente e a origem do semipresidencialismo

A história do sistema presidencial português é longa e por vezes sinuosa. Logo depois da Revolução Republicana, o primeiro presidente da autoproclamada República Portuguesa – Manuel de Arriaga – foi eleito colegialmente pela recém-formada Assembleia Nacional

Constituinte – que por sua vez foi eleita por sufrágio directo (mas não universal) e em apenas metade dos círculos eleitorais. Como em determinadas circunstâncias havia mais lugares por preencher do que candidatos, os vencedores eram proclamados eleitos sem votação... Para além de ter aumentado a incapacidade eleitoral dos cidadãos em relação ao que havia em monarquia, a república rejeitou o sufrágio universal interditando o voto às mulheres, analfabetos e uma parte dos militares. Sidónio Pais ainda tentou, em 1918, devolver o voto aos cidadãos masculinos com idade acima dos 21 anos. Mas a história foi a que se soube e as incapacidades repostas no ano seguinte. Coisas da ética republicana.

A Revolução de Maio de 1926 e o Estado Novo a que veio dar lugar relegou a escolha do chefe de



Estado a uma farsa que esvaziou do cargo toda a réstia possível de dignidade, com eleições manipuladas e com os candidatos que se opunham ao regime a serem perseguidos ou ameaçados.

Com o advento da democracia, e depois de passadas as tribulações que todas as revoluções trazem agarradas, o general Ramalho Eanes torna-se o primeiro presidente a ser eleito em sufrágio directo e universal em 1976 e já sob a nova constituição aprovada uns meses antes. Eanes inaugura também o sistema semipresidencial portu-

guês, ainda hoje em vigor.

É um híbrido político estranho, este sistema. O seu embrião terá surgido na República de Weimar alemã (1919-1933). Um sistema praticamente forçado pelas potências aliadas que tinham vencido a Alemanha na I Grande Guerra, em que os políticos eram

A instabilidade política que advém de uma situação de coabitação – que acontece quando o chefe de Estado é eleito com o apoio de forças políticas adversárias das que formam o executivo – é recorrente na história da democracia portuguesa.

meros burocratas e quase fantoches, suscitando o desprezo do povo alemão. Algo que em 1933 atingiu o seu apogeu com a eleição democrática de uma das mais terríveis figuras da história da Humanidade: Adolf Hitler.

Mas o semipresidencialismo ficou definitivamente teorizado apenas em 1978 pelo cientista político francês Maurice Duverger, na sua obra não por acaso intitulada *Échec au Roi*. Ao fazer a análise da Quinta República francesa, Duverger defendeu um sistema em que o chefe de Estado é eleito por sufrágio directo e universal, com o governo a ter eleições próprias e a responder exclusivamente ao parlamento. Ou quase,



Ofereça aos Visitantes uma Experiência Imersiva e Culturalmente Inovadora do seu Património

VIRTUAL TWIN

do real para o digital 3D

 /virtual-twin/

 /virtual__twin/

 /virtualtwin.pt

 http://virtualtwin.pt

 comercial@virtualtwin.pt



Potencialize o seu Património

Promova os seus Bens Culturais de uma forma Original e Interactiva

Experimente esta nova Perspectiva, aponte o seu Smartphone e Descubra por você mesmo!!!





dependendo das diferentes concepções adoptadas.

No semipresidencialismo o chefe de Estado tem poderes executivos, como o de voto ou o da dissolução da Assembleia da República – o que pode ser uma maneira de contornar a impossibilidade directa de demitir o governo.

Portugal partilha o chamado sistema *premier-président* com vários países, desde a França ao Madagáscar passando pelo Burkina-Faso. Não está consagrado em nenhum artigo constitucional. O sistema não está explicitado e é justificado pela prática política. Assim como a divisão de poderes. Extraordinário, quando existe uma alínea, a b), do artigo 288º da Constituição portuguesa) sobre a revisão constitucional que apenas admite de forma clara os limites materiais da revisão da constituição se for respeitada a natureza específica do regime republicano. Mas isso já os monárquicos sabem há muito e contra isso lutam há muito tempo.

As debilidades deste tipo de regime são óbvias e têm-se feito sentir por vezes de forma clara e tensa. A instabilidade política que advém de uma situação de coabitação – que acontece quando o chefe de Estado é eleito com o apoio de forças políticas adversárias das que formam o executivo – é recorrente na história da democracia portuguesa. Recorde-se os casos de Eanes com Soares e do presidente Soares com Cavaco Silva, para não ser exaustivo. O sistema semipresidencial reforça a fragilidade que é ter um chefe de Estado refém de ideologias e outros interesses partidários ou não. Mais uma vez, a ideia do mero árbitro ou moderador é uma suspensão da descrença. Como muitas vezes pode acontecer que seja o próprio governo a pressionar o chefe de Estado para aprovar determinados pontos fracturantes da agenda que defende.

Não sendo republicano, estranho este sistema falaciosamente montado para garantir um equilíbrio e cooperação entre órgãos de soberania. Está viciado à partida pelo facto aqui reiterado e nada despiendo da falsa independência do chefe de Estado.

Só o Rei consegue garantir a estabilidade e a real distância dos interesses partidários e outros que cercam todos os presidentes da república. O Rei é livre, já se gritou em Almacave. Que se continue a viver num regime que promove a ilusão de liberdade é algo que é nossa responsabilidade combater e denunciar.

O PAPEL DO REI DOS PAÍSES BAIXOS

Carel (Carlos) Heringa
Diplomata neerlandês aposentado

A monarquia holandesa é muito mais jovem que a monarquia portuguesa. Somente em Março de 1815, após a derrota de Napoleão Bonaparte, é que o primeiro Rei, Guilherme I, foi coroado Rei dos Países Baixos. O seu descendente, o actual Rei Guilherme Alexandre, foi coroado em 30 de Abril de 2013.

Uma sondagem feita em Abril de 2020¹ mostra que quase 75% dos neerlandeses defendem a manutenção da monarquia, e apenas 15% da população prefere uma república. As pessoas estão muito satisfeitas (75%) com a forma de governar do Rei Guilherme Alexandre; é visto como um grande humanista, comprometido e ponderado. Neste inquérito a rainha Máxima também obtém uma alta aprovação popular: 80% dos inquiridos estão plenamente satisfeitos com a forma como ela cumpre o seu papel de rainha.

CHEFE DE ESTADO, ACIMA DOS PARTIDOS

Como Chefe de Estado, o Rei está acima dos partidos. Representa todo o reino dos Países Baixos² e todos os neerlandeses, independentemente das suas preferências religiosas ou políticas. Dele se espera que permaneça sempre imparcial, e não pode, por exemplo, afirmar publicamente a sua opinião política.

O PAPEL AGREGADOR E REPRESENTATIVO DO REI

Internamente, cabe ao Rei desempenhar um papel unificador e encorajador para preservar e fortalecer o sentimento de pertença, estabilidade e bem-estar de toda a comunidade de neerlandeses. Consequentemente, o Rei apoia especialmente todas as pessoas e organizações que desempenham um papel importante na sociedade neerlandesa dando no seu discurso expressão aos sentimentos nacionais, participando dos acontecimentos, sejam eles alegres ou tristes.

Um dia especial é o Dia do Rei, o feriado nacional em que se comemora o seu aniversário³. Nessa ocasião, o Rei e a sua família, juntamente com outros membros da família real, visitam um município numa determinada região. Trata-se de uma grande festa transmitida ao vivo pela televisão. O Rei representa o reino dentro e fora de fronteiras, visitando municípios e províncias, incluindo os territórios situados nas Caraíbas. Para estabelecer boas relações e promover uma boa imagem e a



posição comercial dos Países Baixos, o Rei faz visitas de Estado a países estrangeiros e recebe chefes de Estado e líderes de governo que visitam os Países Baixos. Desde que assumiu o cargo em 2013, o Rei fez 20 visitas de Estado e recebeu cinco chefes de Estado.

A INVIOLABILIDADE DO REI

O Rei é inviolável. Esta inviolabilidade, destinada a proteger (mas originalmente também enfraquecer) a posição do Rei, foi introduzida pela Constituição de 1848. Isso significa que não há nenhuma instituição dentro do sistema jurídico neerlandês que possa - mesmo se o Rei agisse ilegalmente - impor autoridade coerciva sobre ele. Isso também significa que o Rei não pode ser legalmente atacado pelos seus actos e declarações. Tal foi assim concebido dando a um ministro do governo total responsabilidade política por todos os actos e declarações do Rei. Uma crise constitucional só poderia acontecer quando uma declaração ou acção do Rei fosse tal que nenhum ministro assumisse essa responsabilidade. Até agora, tal situação nunca ocorreu.

75% dos neerlandeses estão muito satisfeitos com a forma de governar do Rei Guilherme Alexandre; ele é visto como um grande humanista, comprometido e ponderado.

OS DEVERES FORMAIS DO REI

O Rei também cumpre uma série de deveres formais que têm vindo a ser reduzidos nos últimos duzentos anos. Aqui chegados, passo a explicar o seu papel no processo legislativo e na formação de um governo.

O PAPEL DO REI NO PROCESSO LEGISLATIVO

O Rei é formalmente um membro do governo, mas não tem direito de voto, não está presente nas reuniões ministeriais, não participa na tomada de decisões e não propõe leis ou outras decisões. No entanto, qualquer lei ou decreto real só pode entrar em vigor depois de ser assinado pelo Rei. Para garantir que um ministro tenha toda a responsabilidade política, o ministro também assina. Isso é chamado de “contra-sinal”: o Rei assina, mas com a “contra-assinatura” a responsabilidade final é do ministro que responde perante o parlamento. Se o parlamen-

1. Ipsos / NOS

2. O reino dos Países Baixos inclui quatro territórios: Países Baixos, Aruba, Curaçao e São Martinho.

3. Actualmente a 27 de Abril.



to não aceitar uma decisão assinada pelo Rei, apenas o ministro pode ser forçado a renunciar.

O simples papel de assinar leis e decretos reais não significa que o Rei possa descansar. Quase todos os dias recebe as pastas que contêm todas as leis e decretos reais submetidos ao Conselho de Estado ou à Câmara dos Representantes. O gabinete do Rei fornece-lhe as informações e enquadramento necessários, de modo a que possa teoricamente - se sentir necessidade - recusar-se a assinar. O Rei ratifica - mesmo durante suas férias - mais de 2.500 leis e decisões anualmente.

O PAPEL DO REI NA FORMAÇÃO DO GOVERNO

Até 2012, o Rei desempenhava um papel muito importante na formação de cada novo governo. Quando um novo governo estivesse para ser constituído, o Rei indicava um conselheiro que examinava quais os partidos dispostos a formar uma coligação. Quando essa coligação fosse encontrada, o Rei nomeava um responsável para seleccionar os ministros e secretários de estado do novo governo. Esse procedimento dava ao soberano uma grande influência na formação do governo, pois podia escolher um responsável da sua confiança para conceber uma coligação política e os ministros da sua preferência.

Em 2012 a Câmara dos Representantes privou o Rei dessa posição influente e chamou a si a responsabilidade pela formação do governo. No entanto, é ainda o Rei quem assina as nomeações dos novos ministros, embora essas nomeações não tenham va-

O simples papel de assinar leis e decretos reais não significa que o Rei possa descansar. Quase todos os dias recebe as pastas que contêm todas as leis e decretos reais submetidos ao Conselho de Estado ou à Câmara dos Representantes.

Nos Países Baixos a maioria dos meios de comunicação respeita a privacidade dos membros da Família Real

lor sem a chancela do Primeiro-Ministro⁴. No entanto, como esse novo procedimento (ainda) não foi legislado ainda é possível que o Rei desempenhe um papel mais determinante na formação do governo, quando a Câmara dos Representantes não for capaz de organizar a formação de um governo.

SOBRE OS CUSTOS DA CASA REAL

As despesas pagas aos membros da Casa Real limitam-se aos gastos do Rei, da rainha, da herdeira do trono (Princesa Catarina-Amália) a partir dos 18 anos, e da rainha mãe Beatriz.

A previsão das despesas para 2021 foi fixada em 63,6 milhões de euros⁵. Este montante é pago a partir de vários orçamentos: o orçamento da Casa Real (45,7 m) e os orçamentos de vários ministérios (17,9 m) que são destinados à manutenção dos palácios, visitas de Estado e para protecção e segurança da Instituição.

OS BENS PRIVADOS DA CASA REAL

A Casa Real possui bens privados, mas o seu valor não é divulgado. Esses bens estão isentos de impostos sobre doações e sucessões para garantir a independência financeira aos membros da Casa Real e não sejam tentados a aceitar dinheiro de indivíduos, empresas ou outros Estados.

4. O primeiro-ministro também assina o seu próprio decreto de nomeação.

5. Fonte: a Casa Real: www.koninklijkhuis.nl.

AS CRÍTICAS AO ORÇAMENTO

Todos os anos, em Setembro, a Câmara dos Representantes debate o orçamento para a Casa Real. Na verdade, o debate não tem muito sentido, já que esse orçamento é garantido pela Constituição e tem forma de cálculo legislada para os aumentos anuais. Alguns partidos não se pronunciam e outros são críticos, sendo três as críticas enunciadas:

- A Casa Real deve divulgar as suas despesas, porque não é claro se as verbas anuais e os valores para despesas pessoais e institucionais foram totalmente utilizados.
- Deve ser pago imposto normal sobre o rendimento e a fortuna sobre os 63,7 milhões de euros, bem como o imposto sobre doações e sucessões sobre os bens privados da Casa Real.
- O Rei não deve ganhar mais do que o primeiro-ministro, cujo rendimento bruto é cerca de 170.000.00€

DESVANTAGENS PARA O REI

Sem opinião pessoal

Uma grande desvantagem de ser um Chefe de Estado imparcial é que o Rei e os outros membros da Casa Real devem sempre levar em conta que seus actos e declarações são constantemente escrutinados por políticos e pelos media. Espera-se deles que dêem continuamente o melhor exemplo de imparcialidade e boa cidadania. Devem manter-se

permanentemente vigilantes para não decepcionar os cidadãos. Jamais podem expressar independentemente pontos de vista ou opiniões políticas. Portanto, a maioria dos seus actos e declarações são previamente coordenados com o ministro competente. O Rei também recebe conselhos do Serviço de Informações do Governo (RVD) e - é claro - da rainha, familiares e amigos.

No entanto, - como a maioria das pessoas - o Rei poderá às vezes fazer uma avaliação errada. Ou uma declaração contrária à política do governo, encontrar-se com pessoas que politicamente não são bem vistas pelos neerlandeses ou fazer uma compra privada - com o seu próprio dinheiro - que fosse considerada demasiado cara.

Se isso acontecesse, causaria certamente alguma fricção. Então, o ministro em questão deveria comparecer na Câmara dos Representantes, para explicar o ocorrido e assumir a responsabilidade, mesmo que não tivesse sido informado pelo Rei ou tivesse podido agir preventivamente.

OS LIMITES DA PRIVACIDADE

A maioria dos neerlandeses concorda que a sua Família Real, e especialmente as jovens princesas, merecem privacidade e devem ser mantidas fora dos holofotes mediáticos tanto quanto possível. Esta privacidade é protegida, canalizando-se todas as comunicações sobre os membros da Casa Real através do Serviço de Informação do Governo (RVD).

Um elemento importante dessa protecção é o “código dos media”, um acordo não escrito entre a Casa Real e os media para não violar indevidamente a protecção da privacidade dos membros da Casa Real.





No entanto, o código não é vinculativo e a comunicação social pode sempre decidir publicar fotos ou conversas contra o conselho do RVD. Se a Casa Real achar que a sua privacidade foi violada, um juiz decidirá em última instância se houve violação da privacidade. Na verdade, a maioria dos meios de comunicação respeita a privacidade dos membros da Família Real. O órgão que tenha violado a privacidade pode ser impedido de estar presente em ações organizadas pelo RVD.

UM REI PARA TODOS: A SOLIDARIEDADE

Para terminar este artigo, a título de exemplo dos motivos da grande popularidade do Rei Guilherme Alexandre, gostaria de recuperar algumas declarações do discurso que proferiu à Nação durante o período do confinamento por causa da pandemia Covid19⁶.

Para os que se viram impedidos de visitar familiares em lares:

“Eu entendo a tristeza causada a quem não pode visitar o seu ente querido, a sua mãe, pai, avó ou avô num lar. Neste momento, nós gostaríamos apenas de uma coisa: poder dar-lhes a mão, dar-lhes conforto”.

Para os forçados a ficar em casa, principalmente os mais velhos:

“Não conseguimos parar o coronavírus. Mas podemos parar a solidão! Vamos trabalhar juntos para que ninguém se sinta abandonado”.

E para todos:

“Vigilância, solidariedade e consolo: enquanto nos agarrarmos a estas três premissas, podemos enfrentar esta crise juntos”.

O discurso do Rei foi ouvido por mais de 5 milhões de cidadãos.

TRADUÇÃO: Páginas e Letras, Comunicação e Traduções Técnicas

FOTOGRAFIAS: 1- Haia, dezembro de 2019: o Rei Willem-Alexander pronuncia o discurso de Natal no vestíbulo do palácio Huis ten Bosch. © RVD/Nederland - Arenda Oomen. 2- Haia, 26 de outubro de 2017: Rei Willem-Alexander com os novos ministros do governo nos degraus de Paleis Noordeinde. © RVD/Nederland - Valerie Kuypers 3- Haia, 17 de julho de 2020: A família real posa no jardim do palácio Huis ten Bosch para a sessão anual de fotos. © RVD/Nederland - Wesley de Wit

⁶ Discurso de Março de 2020

REGULARIZAÇÃO DE QUOTAS:

Sabia que
toda a nossa actividade é financiada
pelas quotizações dos sócios?

Cumpra a sua parte,
ajude-nos a servir Portugal!

Contacte-nos: 213 428 115 **Email:** secretariado@reallisboa.pt

APELO!



CONVIDADO ESPECIAL

José Aníbal Marinho Gomes Presidente da Real Associação de Viana do Castelo



Nasceu em Ponte de Lima, onde reside, a 26-9-1960. É casado, pai de três filhos e avô de uma menina. Para além do Curso Superior de Ciências Administrativas licenciou-se em Ciência Política e Relações Internacionais, é responsável pedagógico de uma Escola Profissional e gestor de formação. É também publicista e autor de vários trabalhos de investigação na área da genealogia, história e etnografia. Foi director do Jornal “O Povo do Lima”, é actualmente o director da Real Gazeta do Alto Minho e colaborador do Blog “Risco Contínuo”.

Como iniciou a sua militância monárquica?

Iniciei em Agosto de 1974, quando aderi à Juventude Monárquica Revolucionária (JMR). Tinha acabado de chegar a Vila Praia de Âncora, onde anualmente a minha família materna passava um mês de férias. Estava muito sossegado na praia, quando surgem dois bons amigos de Braga, o Carlos Magalhães e o Armando Malheiro da Silva, e questionaram-me porque é que eu sendo simpatizante da monarquia (inscrevera-me na Liga Popular Monárquica - LPM - já antes do 25 de Abril de 1974) não aderira à JMR que ainda estava nos seus primórdios. Conversámos durante muito tempo e fiquei convencido. Nos dias seguintes, na praia, nós os três, começamos a “catequizar” a rapaziada da nossa idade e em poucos dias tínhamos muitos jovens a aderirem à JMR.

Em 1979, com apenas 19 anos, fui um dos fundadores da Causa Monárquica, que não estava legalmente constituída como associação até essa data. Para um jovem como eu, foi uma grande honra o meu nome aparecer ao lado de grandes referências do Movimento Monárquico em Portugal, como Jacinto Ferreira, José Augusto Vaz Pinto, Henrique Barrilaro Ruas, Vasco de Bettencourt Machado Sampaio, Mário Saraiva, António Alves Sameiro, João Sarmento Macieira, Marco António Monteiro de Oliveira, D. José Paulo Lencastre, António de Sousa Machado, João Resende da Fonseca, Manuel Leal Freire, Miguel Peres de Vasconcelos e José Bayolo Pacheco de Amorim.

Às vezes utilizávamos farinha e água, outras vezes eram os jovens da UEC (União dos Estudantes Comunistas) que davam a cola e ajudavam-nos a colar cartazes.

Em 1978/79 vivia em Santo Tirso e deslocava-me frequentemente ao Porto, à sede do PPM e à sede do Jornal Consciência Nacional, onde ajudava o Sr. Camarate dos Santos a dobrar o jornal e a distribuí-lo, gratuitamente, por consultórios, escritórios e outros locais.

Fui um dos fundadores da Real Associação de Viana do Castelo, em 1990 - de que actualmente sou presidente da Direcção - e, em 1993, da Causa Real-Federação das Reais Associações, estrutura onde sou vogal da Comissão Executiva da Direcção Nacional.

Fui membro de várias Comissões Políticas Nacionais da JMR e do PPM, partido do qual me desfiliei em 1994, quando era presidente da Comissão Executiva Nacional. Desempenhei igualmente cargos de conselheiro nacional do Movimento Partido da Terra (MPT) e do Nós Cidadãos, partidos dos quais me desvinculei.

Fui co-fundador do Grupo de Reflexão e Intervenção Monárquica (Grei), organização da qual destaco nomes como Elísio Ruas, Ivo Cruz, Sá Monteiro, etc.

Sou também sócio do Instituto da Democracia Portuguesa.

Alguma curiosidade desses tempos que nos queira dar testemunho?

Findas as férias, o Carlos Magalhães vinha ajudar-me a fundar a JMR em Ponte de Lima. Nessa ocasião - 1974/75 -, eu e ele, e mais tarde com o António

Fernandes (Tone Terrafeita) e o Luís Abreu Coutinho (filho do Dr. Pedro de Magalhães de Abreu Coutinho, membro destacado da LPM e do PPM), percorríamos, de bicicleta, algumas freguesias do concelho, para fazermos sessões de esclarecimento às populações, onde chegámos a ter mais de 20 pessoas.

Nessa ocasião queríamos colar cartazes da monarquia e do PPM e não tínhamos dinheiro para a cola. Às vezes utilizávamos farinha e água, outras vezes eram os jovens da UEC (União dos Estudantes Comunistas) que davam a cola e nos ajudavam a colar cartazes.

O Carlos Magalhães foi estudar Direito para Coimbra e continuou a difundir o ideal monárquico, mas não chegou a concluir o curso, pois, tragicamente, apareceu morto na sua residência... O Tone Terrafeita emigrou para o Brasil. O Luís Abreu Coutinho é advogado em Lisboa e vamos-nos encontrando. O Armando Malheiro é professor na Faculdade de Letras da UP e, após uma conferência sobre o Integralismo Lusitano em que ambos participámos, publicámos um opúsculo com esta temática.

O que o faz correr?

O Amor a Portugal.

Sente que o Alto Minho é particularmente sensível à mensagem monárquica?

Aqui, existe muita simpatia pela família Real Portuguesa, como se pode ver pelo carinho com que as populações locais receberam os Duques de Bragança nas diversas visitas que efectuaram ao Alto Minho. No entanto ainda há alguns preconceitos anti-monárquicos.

Inicie a minha militância monárquica em Agosto de 1974, quando aderi à Juventude Monárquica Revolucionária (JMR).

Aqui no Alto Minho, existe muita simpatia pela família Real Portuguesa, como se pode ver pelo carinho com que as populações locais receberam os Duques de Bragança nas diversas visitas

Porquê?

Pela catequização da república que, há mais de 100 anos, por todos os meios (inclusive nos manuais escolares), insiste em apresentar a monarquia como um regime autocrático, ultrapassado e dispendioso e teima em confundir monarquia com aristocracia.

A Real Gazeta do Alto Minho já vai na sua 26ª edição. Sente que os seus objectivos têm sido alcançados? Há alguns artigos publicados de que se orgulhe particularmente?

Quanto aos objectivos, só ficarei satisfeito quando a Real Gazeta tiver uma edição em formato papel, de grande divulgação nacional. A médio prazo vamos tentar fazer um volume com os primeiros 15 números, por subscrição. Sinto-me particularmente orgulhoso com as entrevistas concedidas à Real Gazeta pelos membros da família Real Portuguesa.

Como vem vivendo pessoal e profissionalmente estes tempos da pandemia?

Com muitas cautelas e um pouco apreensivo face a um inimigo invisível e silencioso que nos pode atacar a qualquer momento. Embora vá, com regularidade, à empresa onde trabalho, a maior parte da minha actividade profissional é realizada em teletrabalho. Tenho diminuído os contactos directos com a família (o que muito lamento) e com os amigos.

Mas a Direcção da Real Associação de Viana do Castelo continua a reunir-se, por Zoom, todos os meses e estamos a planear a organização de seminários virtuais, realizados através da internet.

• ENTREVISTA DE JOÃO TÁVORA

Estes e outros produtos à sua espera em www.reallisboa.pt ou pelo telefone 213 428 115

Natal 2020
vista as nossas cores



LENÇO COMEMORATIVO DAS BODAS DE PRATA DOS DUQUES DE BRAGANÇA



©NUNO ALBUQUERQUE

Por forma a marcar a passagem das bodas de prata dos Duques de Bragança, cujas celebrações foram limitadas ao círculo privado de Suas Altezas devido à pandemia, a Real Associação de Lisboa tomou a iniciativa de mandar produzir um elegante lenço de seda natural, com um desenho exclusivo, que no passado mês de Setembro lhes foi entregue.

Este lenço com 90cm x 90cm, que é um exemplar único, foi desenhado especificamente para assinalar esta data pela designer Sena Cifuentes, que ostenta no seu curriculum o curso de Margaret Stevens, fundadora e ex-presidente da *North Wales Society of Fine Art*, no país de Gales, tendo sido galardoada pela sua obra com a medalha de prata no concurso na *Royal Horticultural Society of London*.

A abordagem artística de Sena Cifuentes, que se apresenta como aguarelista botânica, remete com frequência para os temas da natureza, com o frequente uso de plantas e animais. O desenho do lenço presenteado não foge a essa regra, em tonalidades de inspiração tropical com ramagens e flores, e a presença de três passarinhos alusivos aos três Infantes da Casa Real Portuguesa, ostentando no centro os brasões das duas Famílias e na barra de remate, a menção das datas em celebração.

GONÇALO RIBEIRO TELLES

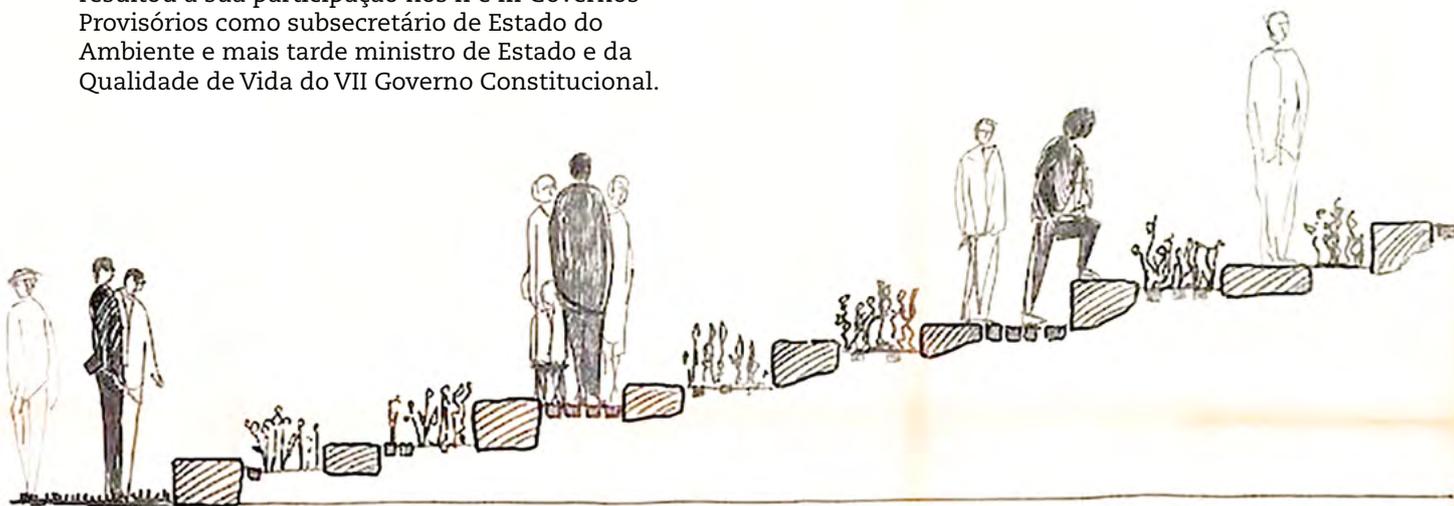
1922-2020

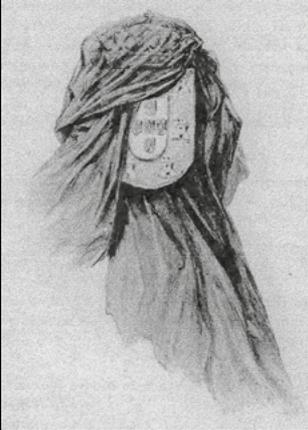


No passado dia 11 de Novembro partiu um dos nossos maiores. Gonçalo Pereira Ribeiro Telles nasceu em Lisboa a 25 de Maio de 1922. Reputado arquitecto paisagista e ecologista, destacou-se na vida política portuguesa como líder monárquico. Desde estudante envolveu-se em actividades cívicas, tendo sido membro da Juventude Agrária e Rural Católica. Adere ao Centro Nacional de Cultura, de Fernando Amado, Sophia, Sousa Tavares, Henrique Barrilero Ruas e outros monárquicos, que com ele fundariam o Movimento dos Monárquicos Independentes em 1957, de vocação eleitoral. Para as eleições à Assembleia Nacional de 1969 integra a Comissão Eleitoral Monárquica, na coligação Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD). Em 1971 funda a Convergência Monárquica, que reunia os militantes dos vários grupos monárquicos existentes. Após o 25 de Abril foi co-fundador do Partido Popular Monárquico, de cuja acção política resultou a sua participação nos II e III Governos Provisórios como subsecretário de Estado do Ambiente e mais tarde ministro de Estado e da Qualidade de Vida do VII Governo Constitucional.

Sempre fiel às suas convicções, o Arq. Gonçalo Ribeiro Telles afirmou-se como uma referência democrática e de vanguarda na abordagem de problemas fundamentais para Portugal como cultura, paisagem e território, num duplo compromisso com a tradição monárquica expressa na lealdade à Casa Real Portuguesa e a modernidade ecológica. Associado de primeira hora da Real Associação de Lisboa, nunca deixou de lutar pela instauração duma Chefia de Estado Real para o seu muito amado Portugal.

Connosco fica a sua obra e muita saudade.





GONÇALO RIBEIRO TELLES

1922-2020

PESSOA, RURALIDADE E POLIS

O Correio Real assinala com profundo pesar a morte de Gonçalo Ribeiro Telles. Neste momento de tristeza para o movimento monárquico, que vê partir um dos seus maiores, recordamos as suas palavras certas e sábias e confiamos que elas e o seu legado de dedicação e serviço a Portugal perdurarão como os sobreiros de que tanto gostava: enraizados na terra e voltados para o céu.

REINVENTAR PORTUGAL

DO PREFÁCIO A PARA ALÉM DA REVOLUÇÃO, LISBOA, 1982. POR QUE SOU MONÁRQUICO (PP. 15-17)

Por posição política há muito assumida e por vocação profissional, tudo o que defendo assenta nos valores da «Ruralidade» e da Polis, nos princípios da Ecologia, na presença da História, da Cultura e da Tradição e numa afirmação de espiritualidade e de filosofia cristã da vida que comigo nasceram.

Procurámos através da figuração de diversos problemas concretos atingir o âmbito universal em que todos eles se inserem. As ideias apresentadas resultam, por isso, mais da sua sedimentação provocada pela experiência e observação dos factos do que de profundas lucubrações filosóficas. Para tal faltam-me as indispensáveis bases e saber.

Sem aquela sedimentação de ideias e um contacto permanente com a grei, a minha intervenção na vida política talvez tivesse sido menos vincada e portanto mais diluída por abstrações realizadas à margem da realidade.

É justo afirmar que as ideias que tenho vindo teimosamente a defender não são minhas, mas são antes o resultado do diálogo e trabalho em comum com

companheiros que há muito se preocupam com os problemas e o futuro da sua Pátria e vêm duma forma crítica analisando a realidade em que vivemos e de que dependemos.

Procurei, neste livro, demonstrar que é possível integrar Portugal, como Pátria livre e independente, no mundo diferente que se avizinha a passos largos. Pretendo contribuir para refazer a esperança, ciente de que esta deverá resultar mais do esforço colectivo e da responsabilidade de todos do que da acção isolada de cada um.

Este livro é um livro de esperança e de fé num povo. Para além da revolução, vamos reinventar Portugal.

[...]

Para que uma nova ideia de sociedade seja assumida em Portugal, não é necessário que percorramos todas as etapas que os países considerados desenvolvidos percorreram, nem repetir os erros que cometeram.

O novo modelo de desenvolvimento — a que chamamos *ecodesenvolvimento* — tem por objectivo a dignificação do Homem, a Justiça, a defesa da Vida, a humanização criativa do território e o melhor aproveitamento, em cada momento, de todos os recursos garantindo-se a permanência da capacidade de regeneração dos que são renováveis, isto é, o máximo rendimento em cada momento, compatível com a manutenção desse rendimento e a sua possível diversificação e justa distribuição.

É absolutamente necessário, ao procurarmos viabilizar Portugal e afirmar os portugueses, fazer uma reflexão sobre o nosso passado (as raízes) e futuro como Nação livre e independente (construir o futuro).

A vontade de liberdade e autonomia, comum aos municípios da Terra Portucalense e do Portu-

gal moçárabe, contribuiu para que desde a Primeira Dinastia se comesçasse a cimentar a unidade nacional, a afirmar a língua própria, a desenvolver uma cultura e a surgirem interesses comuns à grei.

A revolução de 1383 é a primeira grande afirmação dessa unidade. É a continuidade da Instituição Real que estabelece a ponte entre os primórdios da nacionalidade e a sua forma institucional definitiva, rica de potencialidades democráticas que surge com aquela revolução.

É absolutamente necessário, ao procurarmos viabilizar Portugal e afirmar os portugueses, fazer uma reflexão sobre o nosso passado (as raízes) e futuro como Nação livre e independente (construir o futuro).



No actual contexto internacional estamos condenados a integrar-nos em espaços políticos, sociais e económicos mais vastos, e não nos podemos esquecer que vivemos ao lado dum vizinho com maiores recursos físicos e que tem uma origem cultural comum. A hispanidade não pode ser enjeitada por nenhum dos dois Estados peninsulares, porque dessa dualidade depende a sua presença no

mundo. A absorção cultural e política de um pelo outro enfraqueceria essa presença e estiolava o seu desenvolvimento.

Se o poder e importância do Estado espanhol reside na autonomia das nações e culturas que nele se integram, a presença e importância de Portugal residirá num Estado forte alicerçado no poder dos municípios e de outras comunidades naturais e na liberdade dos cidadãos.

Acima da legítima liberdade de opinião de todos os portugueses, do poder efectivo das repúblicas municipais acima das divisões sociais e políticas e dos poderes locais, terá que existir uma instituição permanente e histórica, que garanta a unidade nacional, a liberdade, a diversidade de opinião e de propósitos e o prestígio no contexto internacional.

Acima da legítima liberdade de opinião de todos os portugueses, do poder efectivo das repúblicas municipais acima das divisões sociais e políticas e dos poderes locais, terá que existir uma instituição permanente e histórica, que garanta a unidade nacional, a liberdade, a diversidade de opinião e de propósitos e o prestígio no contexto internacional.

Só assim podemos continuar a ser uma Nação livre e independente e a desempenhar no mundo o papel a que a nossa história e civilização nos obrigam.

O Estado deverá, portanto, encarnar a Pátria, defender a dignidade e liberdade dos cidadãos, reafirmar os valores transcendentais e do subconsciente colectivo.

Só a Instituição Real, legitimada por oitocentos anos de história e de serviço do Povo, poderá consolidar a unidade e liberdade dos portugueses, na di-

Quando for julgado oportuno, o actual representante da História viva e do povo na continuidade da Dinastia não poderá deixar de prestar um grande serviço a Portugal, propondo-se à livre escolha dos Portugueses.

versidade criativa das diferentes propostas e opções dos partidos políticos. É, por isso, o suporte interessado na boa organização e gestão da *res publica*.

MONARQUIA? DESEJÁVEL E POSSÍVEL

**EXCERTO DE "A PÁTRIA COM FIGURA HUMANA"
POR QUE SOU MONÁRQUICO (PP. 32-33)**

A restauração da Monarquia Constitucional no nosso país é necessária, pelo que é possível.

Há razões estratégicas, derivadas da situação internacional, e profundos motivos sociais e culturais que justificam ser de grande interesse, para o futuro de Portugal e para o desenvolvimento da

Democracia, a restauração da realeza.

A economia da grande maioria das nações tem hoje de se integrar em espaços mais vastos e de maiores recursos. A independência dos povos históricos depende, por conseguinte, da afirmação que fizerem, em termos de instituições, de cultura e de educação, das suas raízes históricas e da maneira própria de ser e de estar no mundo.

Se repararmos, a maioria dos Estados da União Europeia da nossa dimensão, ou mesmo superior, com marcadas culturas ancestrais, são monarquias constitucionais e democráticas.

A Espanha, ao reconquistar a democracia e um lugar fundamental na Europa, não se esqueceu de restaurar a monarquia em toda a sua plenitude constitucional, nacional e cultural, como símbolo da unidade na diversidade de nações e garantia da Democracia e da Liberdade. Hoje, a Espanha está lançada para o futuro como grande comunidade e importante Estado.

Se o povo português não quer vir a ser «absorvido» pelo vizinho ou pelo capitalismo europeu, em termos culturais, sociais e económicos, e não quer ver diminuir o seu prestígio no mundo, passando apenas a ser considerado como um espaço amorfo da Península Ibérica ou um simples território de parques recursos físicos, terá de apelar para a sua História, para os seus valores culturais e sociais e para as raízes democráticas das suas instituições.

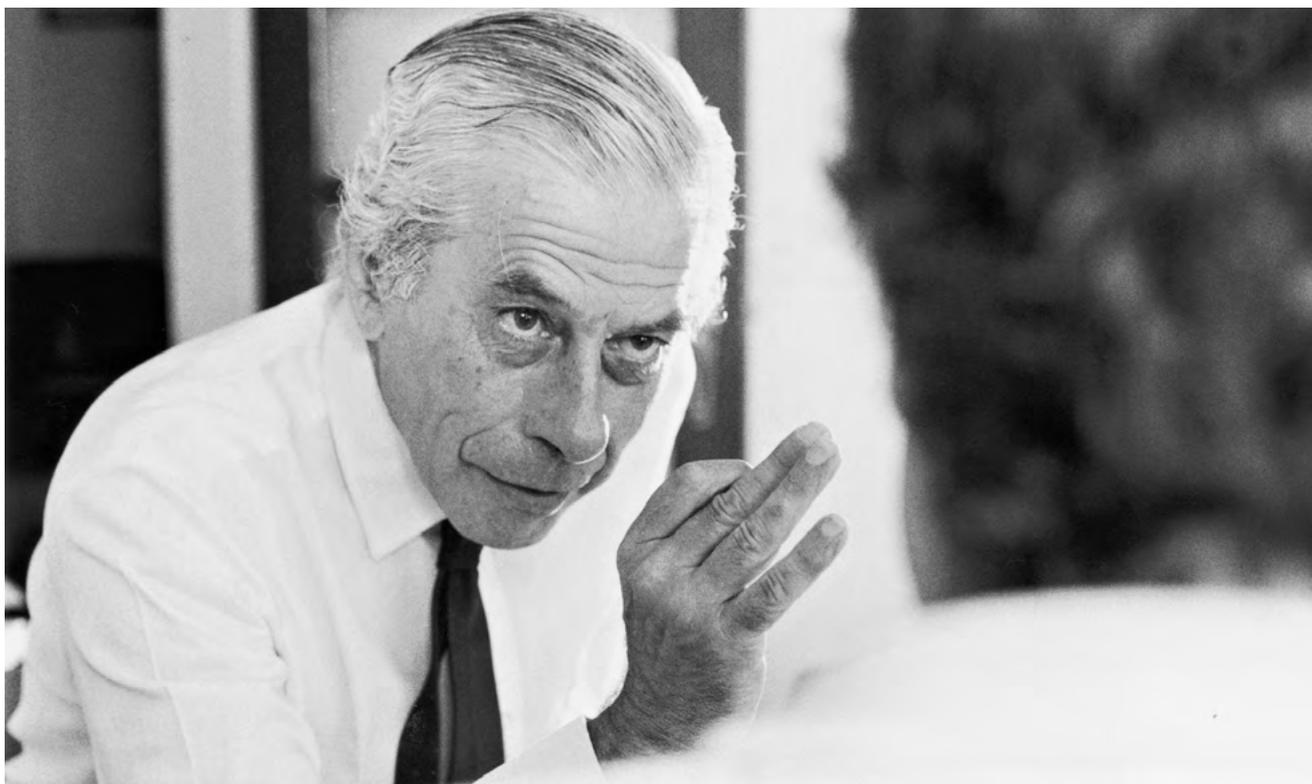
A Monarquia é, portanto, mais que uma necessidade, um dever patriótico desta geração.

O problema para aqueles países que ainda são repúblicas e já foram monarquias consiste em saber como transitar para a realeza. Como fazer a monarquia dos tempos próximos?

Só a vontade do povo expressa democraticamente poderá legitimar a transição para a monarquia e desenvolver subsequentemente um sistema democrático e parlamentar com sentido social.



GRUPO DE INTEGRALISTAS ONDE SE ENCONTRAM FUNDADORES DO CENTRO NACIONAL DE CULTURAL.
Da esquerda para a direita (sentado) – Brigadeiro Vasco de Carvalho, Conde de Monsaraz, Hipólito Raposo, José Poqueto Rebelo, (em pé, 1.ª fila) – Jorge Portugal da Silveira, Fernando Calheiros Vellozo, José Hipólito Raposo, Conde de Mangualde, Francisco de Oliveira Dias, Leão Ramos Ascensão, José Carlos Amado, José Vaz Pinto, Domingos Manuel Megre, João Camossa Saldanha, Daniel Noronha Feio, Afonso Botelho, Nuno Vaz Pinto, Fernando Vaz Pinto, João Nuno Serras Pereira, Fernando Amado, Gonçalo Ribeiro Telles, Adriano Vaz Pinto, Jorge Couso, (em pé, 2.ª fila) – Casiano de Albuquerque, António Seabra, Carlos Branco, Luís de Oliveira Dias, Crepo de Carvalho, Renato Pinto Soares, Gastão da Cunha Ferreira, Luís Vaz de Sampaio



©ANTÓNIO PEDRO FERREIRA

Os limites materiais da actual Constituição impedem qualquer alteração à forma do regime e constituem, quando interpretados à letra, uma afronta à liberdade de decidir do povo português.

Como fazer então? Só o representante da dinastia histórica poderá quebrar a teia de artifícios anti-democráticos, de artimanhas e preconceitos que tolhem a vontade do povo português.

Quando for julgado oportuno, o actual representante da História viva e do povo na continuidade da Dinastia não poderá deixar de prestar um grande serviço a Portugal, propondo-se à livre escolha dos Portugueses.

A via democrática e a necessidade de se garantir o futuro de Portugal devem, portanto, presidir à transição em Portugal para a monarquia do futuro.

Há razões estratégicas, derivadas da situação internacional, e profundos motivos sociais e culturais que justificam ser de grande interesse, para o futuro de Portugal e para o desenvolvimento da Democracia, a restauração da realeza.

A MONARQUIA É INTRINSECAMENTE CONTEMPORÂNEA

EXCERTO

POR QUE SOU MONÁRQUICO (P. 21)

Modernamente, aceite o princípio da separação de poderes, o Rei exerce as funções estabelecidas nas leis constitucionais, competindo-lhe geralmente a mais alta representação do país, a promulgação das leis e tratados, a nomeação do Governo, embaixadores, magistrados superiores, altos comandos das forças

armadas. Mas a carga simbólica e afectiva que a instituição comporta confere-lhe, com não menor relevo e vantagem, uma função informal, não codificada, que se engloba naquilo que se sente ser reinar: sentir com o povo, assumir os seus problemas, dar voz aos seus anseios, garantir a unidade dentro da diversidade nacional

A Monarquia é, portanto, mais que uma necessidade, um dever patriótico desta geração.



Por que sou Monárquico

à venda em:
www.reallisboa.pt ou pelo telefone 213 428 115

ENTREVISTA A

Infante D. Dinis de Bragança Duque do Porto

Entrevista coordenada por João Távora

Dom Dinis de Santa Maria, Infante de Portugal e Duque do Porto, nasceu no dia 25 de Novembro de 1999, em Lisboa, sendo o terceiro filho de Suas Altezas Reais Dom Duarte e Dona Isabel de Bragança. Foi baptizado no dia 19 de Fevereiro de 2000 pelo Bispo do Porto, D. Armino Lopes Coelho, na Sé Catedral desta cidade. Após um estágio na Comissão Europeia, o Infante Dom Dinis encontra-se actualmente a estudar Ciência Política e Sociologia na Bélgica.

Sabemos que está a ter uma experiência na Bélgica. Quer falar um pouco sobre o que tem vindo a fazer?

No meu curso estudo História, Política e Sociologia. Sempre tive uma paixão por história, um interesse por política e fiquei surpreendido pela positiva com sociologia. Tenho a sorte de ter vários amigos na Bélgica e de ter conhecido imensas pessoas que me vêm ajudando ao longo da minha estadia. Ando a treinar o meu francês e, quem sabe, talvez experimente aprender holandês!

A vida em Bruxelas é muito diferente da vida em Portugal?

Tem menos sol e chove mais, sem dúvida! Apesar disso, estou a gostar imenso de viver em Bruxelas. Existe uma grande comunidade portuguesa aqui e isso ajuda a matar saudades. Não é raro eu estar na rua ou numa loja e ouvir alguém a falar português. O que me fez mais impressão é a falta de acessibilidade ao mar. Vindo de Sintra e Lisboa, estava mal-habitado a olhar para o mar praticamente todos os dias e isso é uma sensação que eu nunca iria imaginar que sentisse tanta falta.

A Bélgica é uma das monarquias europeias. Da sua experiência em Bruxelas que vantagens identifica naquele país?

Eu acredito que, sem monarquia, a Bélgica deixava de ser um país. Actualmente existe uma grande divisão política

e cultural entre a Flandres e a Valónia. Em todos os aspectos do governo, a Bélgica encontra-se dividida. Tanto, que demorou 541 dias para se formar um governo nacional. Desde as instituições, aos ministros e políticos, cada pessoa é posta numa de duas caixas: Ou se é flamengo, ou se é valão. Todos excepto um: o Rei. O Rei Filipe e a família real são dos raros casos que podemos chamar unicamente belgas.

Vivendo num país monárquico, política e linguisticamente complexo, que apreciação faz do papel do Rei dos Belgas? Julga que um Presidente da República poderia exercer função semelhante com idêntica legitimidade e independência?

Não tenho dúvida nenhuma que, se a Bélgica fosse uma república, o seu presidente imediatamente seria posto numa das duas “caixas” e o país não aguentava muitos anos até se dividir.

Na sequência da crise sanitária que vivemos,

Portugal prepara-se para enfrentar uma pesada crise económica. Qual a sua avaliação do que se tem vindo a fazer, até mesmo comparando com o que se passa na Bélgica?

A crise económica vem para Portugal e para o resto do mundo. Todos os países andam a sofrer. A Bélgica teve o azar de ser um dos primeiros países europeus a descobrir casos da COVID-19 e isso causou um surto muito maior do que se estava à espera e muito maior do que em Portugal. Felizmente o sistema de saúde funciona bem aqui, mas se 2020 nos ensinou algo é que ninguém sabe o que pode acontecer nos próximos meses. Eu só espero que se encontre uma melhor maneira para combater o vírus e que os líderes mundiais ponham as vidas dos cidadãos acima das suas carreiras políticas.

O que pensa das políticas que seguimos?

Reconheço que haja pessoas que estão a dar o seu melhor para combater a epidemia, mas infelizmente, numa altura em que devíamos trabalhar em conjunto, vejo interesses pessoais a sobreporem-se aos interesses colectivos. Ninguém quer assumir responsabilidades e por isso é que nos encontramos na situação em que estamos. Isto acontece tanto em Portugal, como em Espanha, como em quase todos os países. Existe uma falta de humildade e de reflexão individual que acaba por prejudicar todos, inclusive quem comete esses erros.

Acredita que a crise pandémica vai mudar muita coisa na economia e nos hábitos de vida das populações?

Há poucos dias um amigo meu perguntou-me se achava que no futuro iríamos ver uma outra pandemia como esta. Respondi que, enquanto as pessoas se lembrarem da crise do COVID-19, duvido muito. Quando isto tudo acabar e conseguirmos reflectir com cabeça fria sobre o bem e o mal que fizemos, aí sim, vamos aprender como lidar com casos semelhantes antes de se tornarem tão graves como agora.

Quem me conhece sabe que sou um grande apologista de que as maiores lições de vida são-nos dadas pelos nossos próprios erros e tenho a certeza de que nenhum de nós quer



reviver esta crise. Se para precaver isto requer que mudemos as nossas atitudes, então mudaremos.

Em face aos desafios da actualidade, como interpreta a radicalização dos discursos políticos e qual o papel político e social dos jovens da Sua idade em Portugal?

Eu sou uma pessoa bastante reservada. Numa mesa ou numa sala, costumo ficar calado e ouvir o que os outros têm para dizer. Curiosamente, já ouvi amigos estrangeiros a dizer que muitos portugueses têm um bom sentido de observação. Nós jovens, ainda temos muito que aprender; muito para observar. Ainda não temos tantas experiências de vida ou profissionais para começar a “pregar soluções”. Por isso o que eu recomendo às pessoas da minha idade é parar, observar, analisar e aprender.

O que vejo acontecer – e até diria que é graças a uma grande influência Nietzscheana – é uma certa quantidade de jovens que, sentindo-se frustrados com a realidade política, acabam por ter tanta pressa em agir que nem aproveitam o tempo para pensar numa solução plausível.

Esta é a geração portuguesa com mais formação académica e também mais internacionalizada de sempre. Acredita que isso um dia trará benefícios ao desenvolvimento de Portugal?

Espero que sim, senão estou a fazer algo de errado em estudar fora! Mas seriamente, acredito que é importante explorar e conhecer novos mundos e ideias, e manter a cabeça aberta para aprender. O conhecimento não ocupa espaço! Eu tenho confiança que esta nova geração de portugueses vai querer fazer o melhor para o nosso país.

O que gostaria de ver mudado?

Há uma frase muito popular que, embora seja muitas vezes atribuída erradamente a Voltaire, gosto bastante: “Eu discordo do que tu dizes, mas defenderei até a morte o teu direito de dizê-lo.” No fundo isto é um apelo ao respeito de uma pessoa para com outra. O que aconteceu ao “vamos concordar que discordamos”? Desde quando devíamos achar normal que o que sucede no Parlamento seja semelhante aos tópicos de revistas cor-de-rosa?

Estas ideias do existencialismo de Sartre; de “A existência precede a essência” acaba no fundo por criar pessoas que não respeitam o “outro”. Se seguirmos à letra o que Jean-Paul Sartre diz, isto é, se cada um tem a sua verdade e não existe uma verdade universal, então porque deveria eu respeitar a opinião das outras pessoas? Segundo este pensamento,



Vindo de Sintra e Lisboa [para Bruxelas], estava mal-habitado a olhar para o mar praticamente todos os dias e isso é uma sensação que eu nunca iria imaginar que sentisse tanta falta.

a minha verdade individual sobre-põe-se a qualquer outra opinião e posso facilmente rejeitar todos os que não pensam exactamente como eu.

É impossível uma comunidade sobreviver, quanto mais florescer, pensando desta forma. O que gostaria de ver era um regresso ao civismo, ao respeito e entendimento entre indivíduos.

O mundo tem mudado muito em termos políticos. Considera que os grandes líderes actuais estão à altura dos desafios que temos pela frente?

Isso é uma pergunta muito interessante que tanto pode ser colocada hoje, como há 100 anos ou até de aqui a 200 anos. Gostava de ir um bocadinho mais a fundo; o que são os líderes actuais senão pessoas como nós? O que são os líderes do futuro se não os nossos filhos

e netos? Nesse caso também pergunto: será que nós, como colectivo, estamos à altura dos desafios que temos pela frente? Os líderes estão tão prontos como nós e nós fazemos o melhor que podemos com os instrumentos que temos.

Como encara o papel do seu Pai, enquanto chefe da Casa Real Portuguesa e potencial herdeiro do trono?

O meu pai, além de ser chefe da Casa Real, é português e sempre trabalhou por Portugal, não só devido à sua posição, mas também pelo amor que tem pelo seu país. Um dia perguntei-lhe o que é que o motivava e se não seria mais fácil dizer “não me apetece” ou “estou farto”. A sua resposta foi simples e divertida: “De uma maneira ou outra, a nossa família serviu Portugal durante quase 900 anos. Porque deveríamos parar agora?” Esta resposta marcou-me porque representa o seu espírito e de disponibilidade para com Portugal, os portugueses e para com o mundo português.



O que representa para si ser Infante de Portugal? Como vê o seu papel no futuro?

Eu quero e vou ajudar o meu irmão a servir Portugal e a melhor maneira que conheço é trabalhar em

equipa. Tal como o meu pai, o Afonso ama o nosso país e sei que vai dar a sua vida para continuar o trabalho que os meus pais fazem. Tenho muita confiança nele e mal posso esperar para poder servir Portugal ao seu lado.

Como é que esta nova geração de príncipes portugueses se preparou para servir Portugal, independentemente da ordem de sucessão e do republicanismo vigente?

Os meus irmãos e eu temos a sorte de termos nos nossos pais dois grandes exemplos de serviço. Ao longo da nossa vida sempre nos disseram para ficarmos unidos e eu tenho a certeza de que tanto eu como a Francisca vamos sempre apoiar o Afonso no que for possível. Eu tenho a sorte de ter dois irmãos em quem posso confiar e, independentemente dos movimentos políticos que estiverem “na moda”, iremos sempre seguir ao máximo e convictamente os exemplos dos nossos pais.

Em termos académico e da sua formação pessoal, quais são os seus planos para o futuro mais próximo?

Depois de acabar o meu curso, planeio fazer um mestrado em gestão e servir nas Forças Armadas. Ainda não tenho nada planeado aprofundadamente nem sei qual das duas actividades seguirei primeiro, mas, por enquanto, estas são as orientações que tenho.



Como entende o papel da Causa Real e das Reais Associações? Que outra atividade gostaria de ver desempenhadas pelas mesmas?

Perante a grave situação actual, muitas pessoas acham que é preciso atacar as raízes dos problemas nacionais e não só as consequências.

O nosso regime republicano está na origem de muitos desses problemas. Por exemplo a corrupção que prejudica gravemente a nossa economia, a falta de continuidade nos programas de desenvolvimento, são em parte consequências deste regime. A figura de um rei ou rainha actualmente serve como símbolo da continuidade da Pátria, de união, de árbitro independente na política na defesa dos nossos valores permanentes.

As Reais Associações e a Causa Real juntam e permitem dar voz às muitas pessoas que dedicada e inteligentemente que procuram fazer chegar aos Portugueses uma mensagem de verdade. Todos os seus dirigentes e militantes trabalham benevolamente com muita generosidade e dedicação por um Portugal melhor!

O *Correio Real* é a prova de que conseguimos com poucos meios realizar um excelente trabalho.

A Juventude Monárquica Portuguesa conta com vários jovens da Sua idade. O que entende necessário para cativar os mais jovens a participar activamente na Juventude Monárquica?

Acho que é importante sermos um movimento



Eu tenho a sorte de ter dois irmãos em quem posso confiar e, independentemente dos movimentos políticos que estiverem “na moda”, iremos sempre seguir ao máximo e convictamente os exemplos dos nossos pais.



©Homem-Cardoso

acolhedor. Não podemos criar muitas barreiras de entradas. O movimento monárquico é um movimento que é abrangente e deve ser um movimento construtivo e aberto a todos os que acreditem. Não nos podemos afundar com elitismos ou desprezar quem queira aprender sobre o que acreditamos.

Qual o seu desporto favorito? Pratica algum desporto?

Gosto de jogar golfe e estou a tentar voltar para o ténis que já não jogava há alguns anos. Além disso, desde que vim para Bruxelas tento andar de bicicleta pelo menos uma vez por dia.

Gosta de ler? Quais os seus autores favoritos?

Estes últimos dois anos esforcei-me para ler mais. Não tenho necessariamente autores preferidos, mas gosto mais de ler livros relacionados com história. Da mesma forma que pessoas seguem várias séries de televisão em simultâneo, eu costumo ler vários livros ao mesmo tempo. Os últimos livros que eu li foram “Heróis” de Stephen Fry, “Spies of No Country” de Matti Friedman e dois livros de Alexandre Borges (“As Vitórias Impossíveis na História de Portugal” e “Histórias Secretas de Reis Portugueses”). Actualmente estou a ler “SPQR” de Mary Beard, “Vencer ou Morrer” do Professor Mendo Castro Henriques e “Gödel, Escher, Bach” de Douglas Hofstadter (embora a leitura deste último livro seja o mesmo que decifrar o Enigma!).

Eu quero e vou ajudar o meu irmão a servir Portugal e a melhor maneira que conheço é trabalhar em equipa. Tal como o meu pai, o Afonso ama o nosso país e sei que vai dar a sua vida para continuar o trabalho que os meus pais fazem.

E a sua ligação às Famílias Reais europeias? Cultiva essa ligação, pensa que é importante?

Agradeço todos os dias os amigos que tenho e que me têm dado apoio ao longo da minha vida. Tenho a sorte de ter grandes amigos dentro e fora das famílias reais. Acho importante cultivar as ligações com as famílias reais. São pessoas que são educadas para servir os seus países e ao mesmo tempo têm uma noção

inata da importância de uma verdadeira unidade europeia, respeitando as identidades de cada nação. Espiritualmente – e em parte fisicamente – somos uma só família, e isso ajuda a ultrapassar as diferenças políticas.



FOTOGRAFIAS: Gentilmente cedidas por ©Homem Cardoso

Duquesa de Bragança e Príncipe da Beira, convidados de honra na cerimónia de reabertura do Convento de Jesus em Setúbal



No dia 10 de Outubro de 2020, após profundos trabalhos de restauro, decorreram as cerimónias de reabertura do Convento de Jesus numa luzida e muito bem organizada solenidade, presidida por Maria das Dores Meira, presidente da Câmara Municipal de Setúbal.



Num espaço muito agradável, ajardinado, pertencente à área do Convento, tomaram lugar mais de uma centena de convidados, entre autoridades civis, religiosas e militares do distrito de Setúbal.

Partindo do gabinete camarário um convite merece especial relevo pois o mesmo foi endereçado a Suas Altezas Reais, os Duques de Bragança.

Por razões de saúde, Sua Alteza Real o Senhor D. Duarte de Bragança não pôde estar presente tendo-se feito representar pela Senhora Duquesa de Bragança e pelo Príncipe da Beira.

SSAARR a Senhora D. Isabel e o Senhor D. Afonso, foram recebidos pelos serviços protocolares, na pessoa de Susana Ulrich, da Câmara Municipal de Setúbal, e logo de seguida acolhidos pela presidente da Câmara, cuja amabilidade para com os distintos membros da Família Real, foi notável. Na cerimónia, que teve início poucos momentos depois, Suas Altezas Reais, ocupando os lugares de honra que

lhes foram destinados, foram mencionados na evocação do apresentador protocolar e no discurso da presidente do município.

A Suas Altezas Reais foi proporcionada a oportunidade de, conjuntamente com o alcaide de Tordesilhas e a presidente da Câmara, descerrarem a placa alusiva à reabertura das instalações do Museu.

Seguiu-se uma visita guiada ao edifício, sendo o grupo principal guiado por Fernando António Baptista Pereira, insigne historiador, anterior director do Museu de Setúbal e o mais ilustre dos conhecedores da história e do acervo



museológico daquele monumento.

O evento festivo terminou já noite dentro, com um concerto musical de Rodrigo Leão, o qual foi antecedido de um jantar servido em ambiente distinto e acolhedor.

Neste evento SSAARR, foram acompanhadas pelos membros da direcção do Núcleo Sul do Tejo da Real Associação de Lisboa e por Rogério Filipe, um muito empenhado elemento de ligação à autarquia, o qual também se distingue pela sua manifesta e intensa ligação à Causa Monárquica.

Ficam como testemunho da cerimónia as magníficas fotografias do evento realizadas por Nuno de Albuquerque Gaspar.

O Convento de Jesus em Setúbal, importante monumento do estilo manuelino, foi mandado construir por D. Justa Rodrigues Pereira, ama do Rei D. Manuel I.

A sua construção iniciou-se em 1490, sendo da autoria do arquitecto Diogo Boitaca (também envolvido na primeira fase da construção do Mosteiro dos Jerónimos) e ao longo dos tempos foram diversas as suas funções.

Em primeiro lugar, albergou as freiras Clarissas (ramo feminino da Ordem de S. Francisco de Assis) e mais tarde serviu de Hospital da Santa Casa da Misericórdia, antecedendo o período iniciado em 1961, como Museu da Cidade de Setúbal.

Apesar de todos os notáveis serviços prestados à Fé Católica e à sociedade setubalense, **o Convento e a sua Igreja notabilizam-se fortemente pelo facto de ali ter sido ratificado o Tratado de Tordesilhas em 7 de Setembro de 1494.**



Depois de algumas obras de manutenção, a degradação do edifício foi avançando até que, em 2012, a Câmara Municipal de Setúbal decidiu iniciar as obras de conservação e restauro. Reunidos importantes apoios europeus, nacionais e locais, as obras aconteceram e, durante 8 anos, tudo foi estudado, pensado e realizado para que o empreendimento obedecesse aos mais elevados pergaminhos da sua história, da arquitectura e da museologia.



José António de Oliveira Rocha e Abreu, *Presidente da Direcção do Núcleo Sul do Tejo da Real Associação de Lisboa*

António Jorge Castel-Branco Tavares de Albuquerque Gaspar, *Vice Presidente*



A obra final, ou quase final, porque uma obra desta envergadura nunca se pode considerar verdadeiramente acabada, é magnífica. •

FOTOGRAFIAS: NAS DUAS ÚLTIMAS FOTOGRAFIAS ENCONTRAMOS: 1- SAR Dom Afonso de Bragança; Miguel Rodriguez, alcaide de Tordesilhas; SAR D. Isabel de Bragança e Maria das Dores Meira, Pres. Câmara Municipal de Setúbal; **2-** José Rocha Abreu, António Jorge Albuquerque Gaspar, Rogério Filipe do Núcleo Sul do Tejo da Real Associação de Lisboa com SSAARR a Duquesa de Bragança e Príncipe da Beira. ©Nuno Albuquerque





**REAL ASSOCIAÇÃO
DE LISBOA**

Assembleia Geral

Inicialmente marcada para 14 de Março, e protelada por causa da eclosão da crise sanitária, decorreu no dia 11 de Julho, nas instalações da Casa da Comarca da Sertã, a Assembleia Geral da Real Associação de Lisboa, onde foram aprovados o relatório e contas relativos a 2019 e o plano de actividades para 2020.

A reunião que contou com significativa presença de associados e no respeito das regras sanitárias em vigor, concluiu-se com a apresentação da Maria João Lencastre que vem exercendo as funções de secretariado e atendimento aos nossos associados (de 2ª a 6ª feira das 11H às 14H). •



Lançamento do livro “Quando o Povo Quiser”



No dia 17 de Setembro teve lugar a apresentação do livro “Quando o Povo Quiser”, no auditório do Centro Cultural de Santa Joana Princesa, a cargo do poeta e ensaísta Pedro Mexia e de Nuno Pombo, jurista e presidente da Assembleia Geral da Real Associação de Lisboa.

Editado por Vasco Rosa, a antologia, comemorativa dos 10 anos do Correio Real, colige alguns dos seus textos mais marcantes, contribuindo para uma reflexão sobre o ideário monárquico, demonstrando a sua perenidade e actualidade.

À sessão, que esgotou os lugares disponíveis no espaçoso auditório devido à pandemia, dignou-se assistir SAR o Duque de Bragança que no final teve

o ocasião de se dirigir aos presentes sublinhando a importância do conhecimento histórico e da formação política.

Para além do presidente da Real Associação de Lisboa, João Távora, estiveram presentes diversos co-autores como Carlos Bobone, João Vacas, Joaquim Costa Nora, José Adelino Maltez, José Manuel Quintas, Leonor Martins de Carvalho, Manuel Braga da Cruz, Miguel Castelo Branco, Nuno Castelo Branco e Samuel Paiva Pires.

No final da sessão, Leonor Martins de Carvalho, vice-presidente e em representação da Direcção da RAL, entregou a SAR o Duque de Bragança um lenço de seda comemorativo das bodas de prata de Suas Altezas Reais.

Nas pessoas do seu Prior, Monseñor Duarte da Cunha e Felipa Lamy,



a Direcção da RAL agradece o acolhimento e hospitalidade da Paróquia de Santa Joana Princesa e assinala, sensibilizada, a presença amiga do Cónego João Seabra.

A reportagem fotográfica e o registo da sessão em vídeo encontram-se, respectivamente, nas páginas da RAL do Facebook e do YouTube.

“Quando o Povo Quiser”, contributo da editora Razões Reais para o registo do pensamento monárquico contemporâneo, encontra-se disponível na loja da RAL.



QUER PRESERVAR O SEU PATRIMÓNIO OU FAZÊ-LO CRESCER?

Na Multi Family Wealth ajudamos o futuro das famílias contribuindo para o crescimento do seu património. Isto significa fazê-lo crescer de forma sustentada e responsável, com base em critérios de investimento conservadores e simples, mas também inovadores. O aconselhamento da Multi Family Wealth, apoiada por sólidos parceiros internacionais, tem contribuído para rentabilidades das carteiras que estão no topo dos rankings de resultados de acordo com análises globais comparativas feitas por entidades independentes tais como a CityWire ou a Bloomberg.

Junte o futuro da sua família ao nosso.

www.mfwealth.co.uk | hello@mfwealth.co.uk

Apenas para Investidores Profissionais.
A MFW – Multi Family Wealth Limited (FRN 734573) é um
Appointed Representative da Sturgeon Ventures LLP (FRN 452811)
que é autorizada e supervisionada pela Financial Conduct Authority (FCA).
Aviso Legal: as rentabilidades passadas não são garantia de performance futura.



MFW WEALTH
MANAGEMENT

30º ANIVERSÁRIO da Real Associação de Braga

Foi no dia 7 de Abril de 1990, na Casa do Enxido, freguesia de Crespos, concelho e distrito de Braga, que se reuniu a comissão instaladora da Real Associação de Braga, com os seguintes elementos: engenheiro Souza-Cardoso e Maria do Patrocínio Magalhães Queiróz, senhores da Casa, Luís Pimenta de Castro Damásio e familiares, Fernando Sá Menezes e Isabel Sá Menezes, Padre António Braz Simões, João Sottomayor, Francisco Freire de Andrade, Henrique Regalo, Teresa Sottomayor, Amadeu de Sá Menezes e João Pindela. Testemunhou o acto António Sampaio e Mello do gabinete de S.A.R. o Senhor Dom Duarte. A escritura de fundação da Real Associação de Braga foi assinada em 5 de Dezembro de 1990, e publicada em Diário da República a 1 de Fevereiro de 1991.

Fernando Sá Menezes foi o primeiro presidente da Direcção, enquanto Comissão Instaladora, até à realização das primeiras eleições para os corpos sociais em 1991. Nestas eleições, Luís Pimenta de Castro Damásio, passa a ser o primeiro presidente da Direcção eleito, Nuno de Carvalho Daun e Lorena (Pombal) presidente da Assembleia Geral e Fernando Sá Menezes presidente do Conselho Fiscal.

O actual presidente da Direcção, Gonçalo Pimenta de Castro, o presidente da Assembleia-Geral, António Brochado Pedras e o presidente do Conselho Fiscal, Luís Teixeira e Melo, encontram-se no seu segundo mandato.

A Real Associação de Braga tem como implantação territorial a correspondência com o distrito do mesmo nome, representando todos os concelhos que o integram, e conta actualmente com mais de quinhentos associados e inúmeros simpatizantes que acompanham as suas actividades.

Desde a sua fundação que a Real Associação de Braga tem uma actividade muito intensa, desde a intervenção na esfera política, cultural, cívica e social, até uma vasta publicação literária bem como diversa intervenção em eventos de promoção do ideal monárquico.

A colaboração com os municípios do distrito, assim como com outras enti-

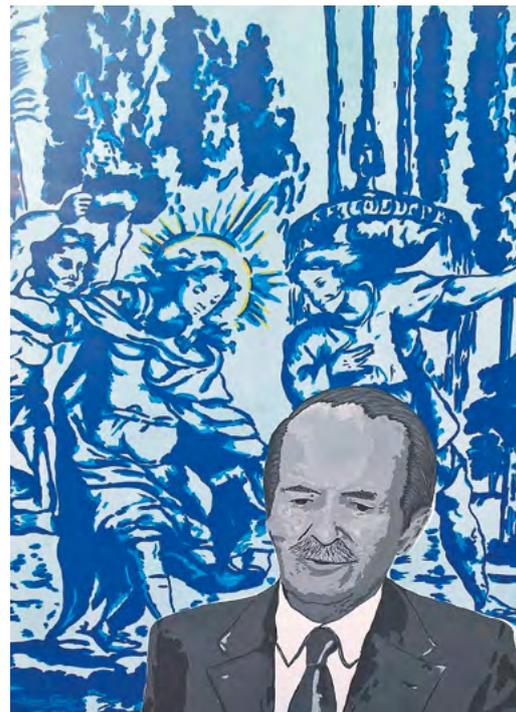
dades oficiais, tem sido uma constante da Real Associação de Braga; sendo chamada a colaborar em diversas actividades promovidas por estes e vice-versa.

A Real Associação de Braga integra o seu papel regional e local muito bem, sendo uma sua marca a colaboração e relação de parceria que preconiza com diversas entidades do território. A participação e relação de cooperação com a Causa Real é próxima assim como com as Reais Associações de Viana do Castelo e do Porto, organizando com estas diversos eventos e actividades conjuntas.

Das muitas e diversas actividades gostaríamos de salientar dois importantes acontecimentos ocorridos no território da nossa instituição que atingiram um enorme sucesso local e nacional:

- Em 1 de Junho de 1996, na Sé Primaz em Braga, a realização do baptizado de S. A. R. Dom Afonso de Santa Maria, Príncipe da Beira, filho primogénito dos Duques de Bragança (restabelecendo nos nossos dias a ligação ancestral da Casa Real Portuguesa com o Arcebispado de Braga, desde a fundação da Nacionalidade); e,
- A 5 de Outubro de 2010, o encontro com dimensão nacional dos monárquicos nos Paços dos Duques de Bragança, em Guimarães como repúdio do centenário da implantação da República, golpe político não sufragado (esta actividade obteve a maior concentração de âmbito nacional de portugueses, neste dia tão triste para todos nós monárquicos).

A Real Associação de Braga, consciente do seu dever e obrigação de manter a nossa memória colectiva viva, sem nunca esquecer que o movimento monárquico necessita de se rejuvenescer, tem como objectivo, não só manter o ideal monárquico forte e activo, como o de captar novos apoiantes para a Real Associação e para o movimento monárquico português.



A sua lealdade ao Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, e à Família Real Portuguesa é inquestionável e inabalável.

Viva Portugal! E Viva o Rei e Família Real Portuguesa!

Gonçalo Pimenta de Castro, Presidente da Real Associação de Braga

Nota à fotografia

A fotografia que acompanha este texto, é do quadro oferecido a S.A.R. o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, no dia 3 de Junho de 2017, no jantar de encerramento do XXIII Congresso da Causa Real em Braga, organizado pela Real Associação de Braga, cuja autoria é do jovem artista bracarense e monárquico, Bruno Guedes.

O pintor inspirou-se nos painéis de azulejos da Igreja de São Vicente de Braga, exemplar paradigmático de igreja barroca bracarense em que a fachada é animada por decoração profusa a lembrar a talha. Interiores luxuosos de talha dourada e azulejos historiados a narrar a vida e martírio do padroeiro. Neste monumento fizeram obra de vulto algumas das figuras emblemáticas da arte barroca do Norte de Portugal.



**REAL ASSOCIAÇÃO
DO PORTO**

**“Quando o Povo
quiser”, a Monarquia
“regressará” a Portugal!**

“Quando o Povo quiser” foi lançado no Clube de Leça, no passado dia 10 de Outubro, numa acção conjunta da Real Associação do Porto e da Real Associação de Lisboa, representadas pelos respectivos presidentes, Jorge Leão e João Távora. O livro é uma antologia de textos publicados no Correio Real, assinalando-se dessa maneira o seu 10.º aniversário. A apresentação esteve a cargo do jornalista Manuel Queiroz, curiosamente republicano, pelo que houve uma interessante discussão entre Monarquia e República.



Organizado por João Távora e editado por Vasco Rosa, “Quando o Povo quiser”, inclui um prefácio de Nuno Pombo, um posfácio do Duque de Bragança, Dom Duarte Pio.

Apesar da pandemia por Covid19, o salão nobre do Clube de Leça encheu-se de pessoas, respeitando-se as regras da DGS: necessidade de as cadeiras estarem separadas dois metros, todos de máscara. Mesmo assim, apareceram bem mais pessoas do que a organização estava a contar, inclusive bastantes jovens, demonstrativo de que a ideia de Monarquia não é utópica.

Jorge Leão saudou a presença da

Reais Associações de Porto e Lisboa lançaram livro no Clube de Leça



direcção do Clube de Leça e de todos os que compareceram. Quanto ao livro, “felicito João Távora pelo excelente trabalho de recolha de textos no Correio Real”, afirmou, acrescentando que na RAP “temos lançado diversos livros. Tínhamos agendado o lançamento de “A Liberdade Portuguesa” de Henrique Barrilaro Ruas, na passada Primavera deste ano, mas com a pandemia teve de ser cancelado”.

João Távora retribuiu os agradecimentos a Jorge Leão “por mais esta

parceria com a sua congénere de Lisboa”. “Depois de termos publicado antologias de Mário Saraiva, Gonçalo Ribeiro Teles, Henrique Barrilaro Ruas, tornando actualmente acessíveis os seus legados, tão significativos para o movimento monárquico, no período de 1950 a 2000, quisemos aproveitar a efeméride da primeira década do Correio Real com uma selecção dos seus textos significativos. Traçando assim um panorama do que a actual geração de monárquicos vem produzindo para



renovar o seu ideário e conquistar, pacientemente, uma maior presença no espaço público. A esta antologia decidimos chamar “Quando o Povo quiser”, título inspirado no ensaio do professor Manuel Braga da Cruz, “O Rei e a Constituição” que constitui o primeiro capítulo do livro”.

Jorge Leão apresentou Manuel Queiroz, jornalista desde os anos 1980, que passou pelos jornais Jogo, O Semanário, Público, professor de jornalismo, e “republicano assumido”, apesar de já ter participado em iniciativas da RAP, como moderador no debate entre

candidatos nas últimas eleições legislativas, na Casa dos Arcos, na presença de mais de 200 pessoas, “um marco na história da RAP”.

Manuel Queiroz reconheceu que é republicano, embora crítico, e que pouco sabe sobre a Monarquia. Sublinhou, no entanto, que aprecia algumas ideias monárquicas, “muito estimadas que não podem desaparecer”, e criticou a frase de Mário Soares, “republicano, laico e socialista”, considerando que “não há mal nenhum combater essa ideia”. Quanto ao livro, apreciou o facto do título sugerir que a monarquia

voltará “Quando o Povo quiser” e não “Se o Povo quiser”, que demonstra a forte convicção de que no global o povo português é monárquico, sendo assim, apenas, “uma dúvida temporal, mas não condicional”. O jornalista considerou a obra “muito interessante”, com temas que nos fazem pensar, e pegando no texto escrito por Manuel Braga da Cruz, “O Rei e a Constituição”, referiu que a reivindicação é a mudança na chefia do Estado não no regime democrático, plenamente compatível com uma Monarquia. •

José Maria Cameira

Mais Notícias das Reais Associações

Como podem calcular os nossos leitores, as actividades das Reais Associações ficaram muito limitadas por causa da situação que todos infelizmente conhecemos.

No entanto, para quem pensava que os monárquicos iam baixar os braços eis que, como poderão verificar aqui e noutras páginas do Correio Real, todos continuaram o trabalho em prol da difusão do ideal monárquico e da defesa dos valores a ele intínsecos. É realmente de louvar e prova a extraordinária capacidade de resistência, empenho e criatividade das nossas Reais Associações.



REAL ASSOCIAÇÃO DE VIANA DO CASTELO

Respeitando as regras prescritas pela Direcção Geral de Saúde, decorreu em 27 de Junho, a **Assembleia Geral Ordinária da Real Associação de Viana do Castelo**, adiada desde o dia 28 de Março devido ao Covid 19, e que contou com um razoável número de presenças, atendendo ao período que estamos a atravessar.

Foi aprovado por unanimidade um **voto de louvor** à direcção cessante, pelo trabalho desenvolvido, assim como o relatório e contas de 2019 e o plano de actividades para o ano 2020 e foram eleitos para o triénio 2020/2023 os membros para os órgãos sociais, entre eles a direcção.

Com a elevada qualidade a que nos habituou, a RAVC publicou mais dois números digitais da **Real Gazeta do Alto Minho**: o nº 24 em Julho e o nº 25 em Outubro, o qual pode ser lido no seguinte sítio da Internet: https://issuu.com/joseanib.../docs/real_gazeta_n_25_impress_

A 24 de Novembro, a RAVC, em parceria com a Causa Real, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) e a Confederação Empresarial

DIRECÇÃO

Presidente

José Aníbal
Castro Marinho Soares Gomes

Vice-Presidentes:

Mariana Pimentel Ferreira
de Magalhães Sant' Ana
Pedro Miguel Gonçalves Giestal
Susana Jesus Moreira Cunha Cruz
Cerqueira

Secretários

Porfírio Pereira da Silva
Sandra Raquel Vieites Rodrigues

Tesoureiro

António Filipe Cerqueira Amorim

Vogais

José Vaz de Almada
António Augusto Queiroz de Athayde
da Rocha Páris de Vasconcellos
Francisco Maria de Magalhães
de Abreu Pereira Coutinho
Ricardo Alexandre Caldas Dias

Suplente

Júlio de Sousa Domingues

do Alto Minho (CEVAL), organizou um Seminário Virtual sob o tema “Cuidados de Saúde em Portugal. E depois da Pandemia?” que contou com a presença do antigo ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes e um painel diversificado de especialistas da área da saúde. •



REAL ASSOCIAÇÃO DA BEIRA INTERIOR

A Real Associação da Beira Interior, no dia 31 de Outubro, organizou uma palestra pelo professor e poeta António Salvado subordinada ao tema “Já Leram as Cartas Íntimas de Luís Vaz de Camões?”. O evento que teve o apoio da Câmara Municipal de Castelo Branco, realizou-se na Biblioteca Municipal, fazendo parte da mesa o vice-presidente da Real Associação da Beira Interior – Luís Duque-Vieira.

Durante a palestra Manuel Costa Alves recitou poesia e no final, Antónia Carvalhal apresentou duas composições musicais acompanhada na viola por José Manuel Mendes. •



REAL ASSOCIAÇÃO DE BRAGA

A Assembleia Geral da Real Associação de Braga decorreu a 29 de Junho na Casa de Vale Flores em Infias, tendo sido apresentado o relatório de actividades e o relatório e contas de 2019, bem como a aprovação do orçamento e plano de actividades para 2020.

Entrega de donativos à APAV

A Real Associação de Braga e a Real Associação de Viana do Castelo, organizaram em conjunto o Jantar dos Conjurados de 2019. Este ano, foi a vez da Real Associação de Braga organizar no seu distrito este evento, que celebra uma efeméride tão marcante na história de Portugal. Como tem sido tradição, a Real Associação de Braga organizou uma recolha de fundos a serem entregues a uma associação de solidariedade social do distrito de Braga.

Se nos anos transactos foram escolhidas entidades como a Associação Famílias de Braga e o ReFood Braga 100%, este ano a beneficiária do donativo foi a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – APAV de Braga, que recebeu da RAB o valor de 200 euros.

A APAV é uma organização sem fins lucrativos e de voluntariado, que apoia de forma individualizada, qualificada e humanizada, vítimas de crimes, através da prestação de serviços gratuitos e confidenciais, visando ainda contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima.

Com o Jantar dos Conjurados de 2019 apoiámos directamente o Gabinete de Apoio à Vítima do Distrito de Braga, que, por coincidência, abrange também o Distrito de Viana do Castelo. •



REAL ASSOCIAÇÃO DE COIMBRA

Como é já longa tradição, a Real Associação de Coimbra comemorou, no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, o aniversário de Portugal, considerando o dia 5 de Outubro de 1143, data do Tratado de Zamora, como o da Fundação do nosso País. Presta-se assim homenagem a Dom Afonso Henriques, o Rei Fundador, e a seu filho, Dom Sancho I, ambos sepultados naquele mosteiro que é Panteão Nacional. •



REAL ASSOCIAÇÃO DO RIBATEJO

A Real Associação do Ribatejo e a Causa Real promoveram no dia 31 de Julho um debate alusivo ao Projecto Tejo em parceria com a Vida Rural. Em formato de Seminário Virtual e num momento tão decisivo para a agricultura portuguesa discutiu-se a importância dos recursos hídricos e a sua manutenção, contando com a moderação de Isabel Martins e a participação de notáveis oradores da área temática, a saber:

Jorge Froes, Miguel Campilho, Manuel Campilho, José Diogo Albuquerque, Fernando Mouzinho. •

FOTOGRAFIA: Direcção da Real Associação de Braga
 Secretário - Francisco Silva Peixoto
 Vice-Presidente - Gabriela do Carmo Sequeira
 Presidente - Gonçalo Pimenta de Castro
 Tesoureiro - João Monteiro da Rocha
 Vogal - Luís Martins Sequeira



REAL ASSOCIAÇÃO DA MADEIRA E DO PORTO SANTO

A Real Associação da Madeira e do Porto Santo tem utilizado a sua página do Facebook para divulgar, consoante o calendário, e através de pequenos opúsculos, as várias tradições da região. •



REAL ASSOCIAÇÃO DE VISEU

Para celebrar, como faz anualmente, o dia de nascimento d'El Rei Dom Duarte que nasceu em Viseu há 629 anos, a Real Associação de Viseu mandou celebrar missa, a 31 Outubro, com os cuidados exigidos pela pandemia, em intenção daquele Rei, dos Reis de Portugal, da Família Real portuguesa e de todo o Portugal. •



REAL ASSOCIAÇÃO DA ILHA DE SÃO MIGUEL

A Real Associação da Ilha de São Miguel promoveu, a 21 de Junho, uma mini -conferência por vídeo, intitulada Monarquia em Portugal: Passado, Presente e Futuro / Vantagens, proferida por António Rui Braga Lemos Soares, professor auxiliar, e Doutor em Direito pela Escola de Direito da Universidade do Minho. A Assembleia Geral Ordinária de 2020, da Real Associação da Ilha de São Miguel, teve lugar em 26 de Junho, ao ar livre, nas instalações do Parque Urbano de Ponta Delgada, cumprindo escrupulosamente as regras estabelecidas e recomendadas pelas autoridades de saúde.

Já em Outubro, foi aprovada pela Causa Real a marca subsidiária da RAISM que se reporta ao Arcanjo São Miguel, enquanto padroeiro fundacional da Ilha (séc. XV), cujo povoamento se iniciou-se em 1444, a 29 de Setembro, dia da dedicação do aludido Arcanjo, então patrono de Portugal e santo da especial devoção do Infante D. Pedro de Avis, o outrora Regente do Reino, e que dá o nome a este território insular oriental. •



Comemoração dos 500 anos da Travessia de Fernão de Magalhães

Suas Altezas Reais o Senhor Dom Duarte e o Senhor Dom Afonso de Bragança, participaram, a 21 de Outubro, numa missa no Mosteiro dos Jerónimos celebrada em acção de graças e comemoração dos 500 anos da descoberta do Estreito de Magalhães.

Com a descoberta da passagem do Oceano Atlântico para o Oceano Pacífico, o navegador português Fernão de Magalhães alterou para sempre a ideia que se tinha da geografia da Terra: são os oceanos que abraçam a terra e não o contrário.

E se em tempos, Fernão de Magalhães deu nome a diversos locais do mundo - como chamar Pacífico ao Oceano que cruzou - hoje dá o seu nome a duas galáxias, a crateras na Lua e em Marte, à sonda espacial

enviada a Vénus, ao telescópio gigante em construção na região de Atacama no Chile, entre outros.

Estiveram presentes nesta cerimónia os embaixadores do Chile e da Colômbia, e em representação do Presidente da República, o chefe da Casa Militar.

Não se conhecendo qualquer iniciativa oficial a este propósito, cremos que esta terá sido uma boa forma de homenagear Fernão de Magalhães.



Ordem de S. Miguel da Ala Alcobaça

No dia 27 de Setembro, S.A.R., o Senhor Dom Duarte de Bragança, esteve presente na missa em honra do Arcanjo S. Miguel, organizada pela Real Irmandade de São Miguel d'Ala no seu 20º aniversário. Participaram numerosos membros, portugueses e estrangeiros.

A antiga Ordem de S. Miguel da Ala teve a sua actividade suspensa durante alguns anos devido a uma injusta demanda jurídica levantada por algumas pessoas que tentaram apossar-se desta multissecular instituição fundada pelo Rei D. Afonso Henriques

e sempre ligada ao Chefe da Casa Real Portuguesa. O chanceler da Ordem era sempre o Abade do Mosteiro de Alcobaça. Aquando da extinção das ordens religiosas em 1834, e do gravíssimo confisco pelo Estado de todos os seus bens e encerramento das suas fundamentais actividades, com consequências irremediáveis no campo cultural e assistencial, a Ordem acompanhou o Rei no exílio e só foi restaurada por S.A.R., o Senhor Duque de Bragança, nos anos 70.



S.A.R. o Senhor Dom Duarte recebe Prémio Especial Lusofonia

No passado dia 24 de Outubro de 2020, S.A.R. o Senhor Dom Duarte recebeu o Prémio Especial Lusofonia, na 4ª Gala Prémios da Lusofonia, que se realizou no Auditório Municipal Ruy de Carvalho, em Carnaxide. Esta organização, que contou com a participação de excelentes artistas musicais oriundos de países da CPLP, é uma iniciativa de Isabel Leitão, coordenadora da área cultural da CPLP.

Foram também distinguidos em diversas categorias outras personalidades, como o ex-primeiro-ministro de Cabo Verde, José Maria Pereira Neves, o empresário Manuel Nabeiro, a apresentadora Catarina Furtado e a instituição internacional Imamat Ismaili.

O galardão foi atribuído ao Senhor Dom Duarte pelo trabalho desenvolvido no sentido de promover o aprofundamento das relações de amizade e cooperação entre os países membros da CPLP.

No seu discurso de agradecimento, o Senhor Dom Duarte sublinhou a urgência de reforçar os laços entre os povos de Língua Portuguesa, visto que hoje, décadas após a separação política de Portugal dos seus territórios ultramarinos, em vários deles se corre o risco de uma progressiva perda da presença da Língua Portuguesa e do conhecimento mútuo entre os povos. Referiu também que tem, desde há anos, levado a cabo diversas acções, desenvolvidas também com o apoio da Fundação D. Manuel II, a que preside, de cooperação cultural com as comunidades de emigração portuguesa na América, na Europa e com as comunidades luso-descendentes na Ásia. S.A.R. realçou também as Conferências das Comunidades Luso-Asiáticas organizadas pela comunidade portuguesa de Malaca, também com o apoio da Fundação D. Manuel II através do seu representante em Timor, Carlos Carreira. Nelas participaram delegações da Tailândia, Timor, Macau, Ceilão (Sri Lanka), Birmânia e Goa. O governo timorense disponibilizou-se para organizar o próximo evento quando as condições sanitárias o permitirem.



O Senhor Dom Duarte de Bragança participou, no dia 26 de Setembro, nas cerimónias de homenagem a Amália Rodrigues por ocasião do 100º aniversário do seu nascimento, organizadas numa parceria entre a Fundação Amália Rodrigues e a Fundação Oureana. A homenagem incluiu um concerto realizado na Praça Mouzinho de Albuquerque em frente da Câmara Municipal de Ourém, tendo contado com a presença do presidente da Câmara Municipal de Ourém, Luís Miguel Albuquerque além de outras forças vivas locais. Sua Alteza Real participou ainda noutras actividades promovidas por ocasião do 25º aniversário da Fundação Histórico-Cultural Oureana, pelo instituto Amália Rodrigues Rainha do Fado e em celebração do 50º aniversário do Restaurante Medieval.

Mapa Cervejeiro



SEJA RESPONSÁVEL. BEBA COM MODERAÇÃO.